



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1246/09	DATA: 20/08/2009
INÍCIO: 10h36min	TÉRMINO: 13h01min	DURAÇÃO: 02h26min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h26min	PÁGINAS: 47	QUARTOS: 29

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
CÉSAR GONÇALVES – Diretor-Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH.
RICARDO AMARAL – Presidente da Associação Brasileira de Representantes de Empresas Marítimas – ABREMAR.
NELSON DE ABREU PINTO – Presidente da Confederação Nacional de Turismo.

SUMÁRIO: Discussão sobre as providências relativas à organização da Copa de 2014.

OBSERVAÇÕES
Houve exibição de imagens.
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Declaro aberta a reunião de audiência pública destinada a discutir as providências relativas à organização da Copa de 2014. Esta audiência pública foi aprovada pelos requerimentos nºs 203 e 206/2009, de autoria dos Deputados Paulo Rattes, Rômulo Gouveia e Silvio Torres.

Agradecemos pela presença ao Deputado Paulo Rattes, Relator da Subcomissão da Copa de 2014, e aos Deputados Simão Sessim e Edinho Bez.

Hoje é um dia em que a sessão ordinária da Câmara não estará acontecendo, por isso boa parte dos Deputados já foi para os seus Estados, liberada para viajar. Agradecemos a todos a presença.

Vamos dar início à reunião chamando para tomarem assento à mesa os nossos convidados: o Sr. César Gonçalves, Diretor-Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis — ABIH, o Sr. Nelson de Abreu Pinto, Presidente da Confederação Nacional do Turismo — CNTur — e o Sr. Ricardo Amaral, Presidente da Associação Brasileira de Representantes de Empresas Marítimas — ABREMAR.

Pediria que tomassem assento nos lugares já marcados os Srs. César e Nelson de Abreu.

Está convidado também o ex-Deputado Bismark Maia, Presidente da Fundação Comissão de Turismo Integrado do Nordeste, mas ele acaba de nos telefonar informando que se equivocou quanto à data da reunião, pensou fosse na quinta-feira que vem. No momento, está em Fortaleza e não tem como chegar a tempo, mas estará presente na audiência pública junto aos representantes do Estado de São Paulo, que vêm falar das providências do Governo para receber a Copa de 2014.

Informo aos Srs. Deputados que na próxima semana teremos audiência pública, terça-feira, às 14h30min, tendo como convidados o Ministro Ubiratan Aguiar, Presidente do Tribunal de Contas da União, e o Senador Renato Casagrande, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa, Fiscalização e Controle do Senado Federal. Nesse dia, estaremos implantando a nossa rede de informações entre o Tribunal de Contas da União e os Tribunais de Contas dos Estados para troca de informações para a fiscalização dos recursos para a Copa de 2014. Os nossos convidados já confirmaram presença, e careço da presença dos demais Deputados.

[p1] Comentário: Sessão:1246/09 Quarto
Taq.:Sandra Silva Rev.:



Vamos dar início à reunião, só esclarecendo aos convidados que o tempo reservado para exposição é de 20 minutos mas, se houver necessidade, poderemos prorrogá-lo. Depois que os 3 fizerem a sua exposição, os Deputados farão as suas perguntas.

Então, pela ordem aqui já estabelecida pela Secretaria, vamos dar a palavra ao Sr. César Gonçalves, Diretor-Executivo da ABIH.

V.Sa. tem a palavra e, se quiser chegar mais próximo ao microfone, fique à vontade.

O SR. CÉSAR GONÇALVES - Deputado Silvio, demais Deputados, prezado Nelson, companheiro Dagmar, primeiramente gostaria de agradecer pelo convite de estarmos aqui. Na verdade, a ABIH vem para prestar as informações necessárias que a Subcomissão considerar importantes para trazer esclarecimentos com relação ao assunto.

O que a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis vem discutindo, e estamos trabalhando, inclusive, junto à CNTur tentando criar o mesmo tipo de posicionamento, é com relação às providências que estão sendo tomadas para que estejamos prontos para a Copa.

No nosso caso específico, a grande preocupação é com relação à adaptação do número de leitos necessários para isso sem que acabe se tornando um processo de especulação imobiliária ou ainda um residual de crescimento na área de hotelaria que venha a prejudicar o setor de uma forma geral. Isso já aconteceu no passado. Apenas para lembrar, em um passado recente, em São Paulo houve um crescimento espantoso em um determinado período, principalmente de apart hotéis, o que acabou prejudicando todo o setor durante um bom tempo na medida em que todo ele teve de trabalhar com uma taxa de ocupação muito abaixo do desejável. Essa tem sido a nossa preocupação.

Já fizemos um levantamento em cada uma dessas 12 séries e suas áreas de influência para identificar inclusive soluções que não sejam simplesmente a construção de novos hotéis onde seja identificado esse déficit. Uma das soluções, onde isso for possível, seria a utilização de navios, que poderão aportar durante o período de alto pico de hóspedes, dando o suporte necessário, sem criar um inconveniente crescimento que poderá, pós Copa, trazer-nos sérias dificuldades.

[p2] Comentário: Sessão:1246/09 Quarto
Taq.:Eliana Ramagem Rev.:



O FOHB já fez todo o levantamento de unidades habitacionais. Nós estamos concluindo o nosso levantamento para que tenhamos o exato número necessário em cada uma dessas sedes. Segundo nossos cálculos, hoje já temos cerca de 300 mil unidades habitacionais na área de influência das 12 cidades-sedes, o que consideramos muito razoável. Temos algumas áreas mais críticas, como é o caso de Cuiabá, onde não haveria a possibilidade de utilização, por exemplo, de um navio. Temos de pensar também que não adianta ter um crescimento exacerbado de unidades habitacionais em Cuiabá e, pós Copa, isso acabe virando um problema.

Considero hoje o caso de Cuiabá um dos mais delicados, sobre o qual temos de discutir. Diferentemente de Belo Horizonte, onde há uma área de influência muito forte em torno da cidade que eu acredito que resolva. Segundo o FOHB, nós temos lá um déficit de 12 mil unidades hoteleiras. Acho que conseguiremos resolver o caso de Belo Horizonte sem maiores dificuldades.

A questão fundamental hoje é discutirmos linhas de crédito porque, no caso do Rio de Janeiro, temos unidades habitacionais e equipamentos de hotelaria que precisam ser reformados. A Caixa Econômica já hoje tem uma linha de crédito e está se discutindo uma nova linha de crédito com o BNDES. Acho que é um momento adequado para que todas essas questões venham à tona, as dificuldades que hoje o setor tem de fazer uma reforma nos seus equipamentos.

No Rio de Janeiro, o foco tem de ser esse, já que em toda aquela área da Zona Sul onde há grande concentração de hotéis não existe espaço para novos equipamentos, e os existentes em grande parte precisam ser reformados.

Precisamos de linhas de crédito de longo prazo; linhas com juros adequados para que esses equipamentos estejam prontos e adaptados não só para atender o período da Copa do Mundo, mas para as próprias necessidades locais.

Acho que, de fundamental, Deputado, na exposição da área de hotelaria, as questões são essas. A nossa preocupação é estarmos prontos, certamente tanto em termos de qualidade como em quantidade, para que possamos nesse período ter disponibilizada por parte dos órgãos de financiamento linhas que favoreçam toda essa adequação no caso de construção ou reforma. Nossa preocupação é não repetirmos alguns erros do passado, como o que ocorreu em São Paulo, Curitiba e mesmo Brasília, em determinado período, chegou a ter isso também. Nós



chegamos a trabalhar com taxas de ocupação de 30% em função de um crescimento absurdo durante um período devido à especulação imobiliária. O nosso cuidado, hoje, é em concluirmos esses estudos e nos adequarmos a isso.

Acho que os Estados, pelo que acompanhamos, estão investindo muito bem em infraestrutura, em reformas dos estádios. Percebemos que as coisas estão andando.

Gostaria de concluir com uma questão que, acho, é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Sr. César, antes de V.Sa. concluir, peço que repita a questão de Cuiabá, porque chegou, há pouco, a Deputada Thelma de Oliveira, que é da região. Gostaria que ela ouvisse também.

O SR. CÉSAR GONÇALVES - Pois não, Deputado, é um prazer poder repetir.

Mencionei que estamos preocupados com as 12 cidades-sedes e, certamente, com suas áreas de influência e, principalmente, que não tenhamos um crescimento da hotelaria inadequado, porque, pós-Copa, temos de ter a utilização desses equipamentos. Uma das formas que estudamos é a utilização de navios, que poderão, no momento do pique, servir de hospedagem, com muita qualidade, mas nos locais em que isso seja possível. Mencionei que uma das nossas preocupações, hoje, é com Cuiabá, que tem a limitação geográfica de não poder ter esse tipo de apoio. Ao mesmo tempo, não podemos causar lá um crescimento utópico, que não tenha uma sequência pós. Por isso acho que Cuiabá merece de nós um estudo muito cuidadoso.

Para concluir, acho que devemos ter uma grande preocupação com a qualificação profissional. Ela deve ter um grande investimento nesse período. No Brasil, hoje, há um déficit muito sério em qualificação profissional. As grandes redes estão investindo muito em qualificação profissional, mas 75% dos meios de hospedagem, hotéis, pousadas, são pequenos. Percebe-se claramente que há uma necessidade de investimento muito forte nessa área.

Levamos isso ao Governo. Acho que o Estado tem de estar mais presente nos investimentos de qualificação. As entidades estão dispostas a abraçar esse programa com muito profissionalismo, tentando minimizar todos esses problemas.

[P3] Comentário: Sessão:1246/09 Quarto
Taq.:Nini Rev.:



Apenas para lembrar, uma das principais necessidades em eventos desse tipo é que se fale, pelo menos, o básico de duas línguas, e a maioria dos nossos funcionários não tem qualquer conhecimento de língua estrangeira. Então, temos de fazer um trabalho muito forte nesse período.

Será preciso uma massa muito grande de recurso, a partir de 2010, porque não é um trabalho de curto prazo. A qualificação não deve acontecer no ano da Copa, mas antes, para que seja um processo contínuo, até porque o aprendizado, por exemplo, de uma língua não acontece com facilidade quando não há uma base de educação razoável. Infelizmente, esse é o caso da maioria dos funcionários do nosso setor.

Bom, acho que são essas as questões principais. Continuarei à disposição para discutir algum ponto que, por acaso, não tenha sido abordado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradecemos ao Sr. César Gonçalves, que representa ABIH.

Gostaria que V.Sa. explicasse a outra sigla.

O SR. CÉSAR GONÇALVES - Desculpe. É porque temos uma associação dos operadores. Então, dentro do setor de hospedagem, há uma divisão dos *resorts*; a dos operadores, que são as bandeiras, e a da hotelaria convencional. Mas estamos absolutamente **sentados** a uma mesma mesa, discutindo essa questão. Não existe hoje qualquer divisão. Inclusive, terminou ontem o Congresso Brasileiro de Hotelaria, que aconteceu no Rio, que foi promovido por todas essas entidades conjuntas e esses assuntos foram tratados de forma uníssona.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradecemos o Dr. César e passamos a palavra ao Dr. Ricardo Amaral, Presidente da Associação Brasileira de Representantes de Empresas Marítimas - ABREMAR.

V.Sa., se quiser, pode utilizar o microfone sem fio e ficar ali na frente; ficaria mais fácil. (*Pausa.*)

O SR. RICARDO AMARAL - Primeiramente, eu gostaria de agradecer pelo convite extremamente oportuno para que a ABREMAR, que é a associação das empresas de cruzeiros marítimos, falasse nesta audiência tão importante, porque nós já antevíamos, como associação ligada ao segmento, a importância dos

[p4] Comentário: Sessão:1246/09 Quarto
Taq.:Márcia Moreira Rev.:



cruzeiros marítimos em grandes eventos como deverá ser a Copa de 2014 e, como também se antecipa, a candidatura do Brasil para as Olimpíadas de 2016.

Há poucas semanas tivemos uma reunião com o Ministro do Turismo, o Ministro Barreto, na qual S.Exa. nos informou que parte da proposta do Brasil em sua candidatura para as Olimpíadas de 2016 inclui a utilização de navios de cruzeiro como base de hospedagem e transporte para esse grande evento.

Eu gostaria também de agradecer ao César, representante da ABIH, cujas palavras solidificam a importância do navio de cruzeiro para esse grande evento e contextualiza o que está acontecendo hoje no cenário brasileiro.

(Segue-se exibição de imagens.)

Início esta apresentação falando sobre os dados da temporada, contextualizando o que é hoje o cruzeiro marítimo no Brasil, um país tão grande, com dimensões geográficas tão importantes. Mostremos o que ocorre hoje no Brasil, falando um pouco sobre navios em confluência com hotéis e *resorts*. Falaremos de infraestrutura, portos no mundo, tributos, definição de cruzeiro de cabotagem e também de lei trabalhista para a tripulação, tudo isso dentro do escopo da Copa de 2014.

Segundo dados, 16 navios estiveram aqui na temporada 2008/2009, transportando um total de passageiros de 521 mil hóspedes, dos quais 75 mil eram estrangeiros.

É importante notar nas palavras do representante da ABIH a necessidade de investimentos para o que se chama do *refit* do empreendimento hoteleiro para poder receber essa demanda internacional tão importante, que vai gerar divisas, em uma oportunidade única de posicionar o Brasil como destino turístico internacional, porque o País ainda está aquém, seja em número de turistas internacionais que recebe todo ano, seja em termos de imagem que tem no exterior frente àquilo que pode e deve ter no futuro e em breve.

Para o período 2009/2010, teremos 18 navios com uma oferta de 907 mil leitos para toda a temporada. O que significa isso? Um grande aumento da oferta ocorreu em razão de um maior investimento das companhias de cruzeiro por causa da extensão da temporada de outubro a maio, por causa do maior número de minicruzeiros e, com certeza, do maior número de hóspedes estrangeiros.



Por que eu apresento isso? Para dizer que o navio só funciona para a Copa se o cenário mudar, porque hoje só tem navio aqui no Brasil de outubro a maio. A Copa vai ocorrer de junho a agosto. Eu espero que os estrangeiros cheguem em junho, façam um *tour* pelo País e, aí, vão assistir aos jogos — e eu já tenho uma solução para Cuiabá.

O que acontece? Este é o gráfico de crescimento da atividade. O cruzeiro marítimo tem que ser compreendido como ele acontece no mundo, e não visto como ele acontece no Brasil. Nos países do Caribe, na Europa, como falou o representante da ABIH, no Rio de Janeiro, hoje, para se construir mais hotéis há desafio de espaço. Por mais que se cresça para o lado da Barra, e dá para crescer, há também desafios de sazonalidade.

O navio traz um turista muito interessante, que é aquele que vem para uma degustação. Uma pessoa diz: “eu vou para o Rio passar uma semana”, mas talvez ele não vá para Florianópolis passar lá uma semana, isso porque o estrangeiro nunca ouviu falar de Florianópolis mas já ouviu falar do Rio de Janeiro. O que precisamos é, dentro daquele conceito de *cluster*, trabalhar o turista, porque ele não virá da Europa para passar uma semana no Brasil por causa do custo do bilhete aéreo. Ele tem que diluir essa viagem em 15 dias. De certa forma, ele pode vir fazer o cruzeiro numa companhia internacional que é mundialmente conhecida.

Hoje as companhias que estão presentes no Brasil distribuem mais de 55 milhões de folhetos no mundo inteiro dizendo: “cruzeiros na América do Sul”. Esse é um fator muito importante, e por isso o setor tem crescido de uma forma, diríamos, sustentável.

Hoje nós temos 1.140 escalas, das quais 975 são de cabotagem e 165 são de longo curso. Cabotagem são cruzeiros que começam e terminam dentro do Brasil: saem de Santos, Rio de Janeiro, Salvador ou Fortaleza e terminam no Brasil. O longo curso é um navio que vem dos Estados Unidos, da Europa ou da África do Sul, faz uma escala e continua.

Navios *versus* — não no sentido de confronto, mas no sentido de uma análise comparativa, porque essa é a colocação da ABREMAR... O que tem acontecido até hoje é que tem havido uma falta de compreensão, que eu imagino está sendo esclarecida ao longo do tempo, inclusive com iniciativas desta Casa, através do

[p5] Comentário: Sessão:1246/09 Quarto
Taq.:Ângela Ventura Rev.:



Deputado Edinho Bez, que também convocou uma audiência pública para tratar do tema. Pelo que conversamos inicialmente, numa oportunidade que tivemos, a nossa intenção é esclarecer para todos os atores desse cenário o que o navio faz em termos de benefício.

Por exemplo, uma das companhias associadas à ABREMAR está fazendo uma promoção em que ela oferece, para quem comprar um cruzeiro, uma noite, antes ou depois do seu cruzeiro, num hotel na cidade de embarque. Então o Holyday Inn em Salvador, hotéis na orla do Rio de Janeiro são impactados com uma noite anterior.

Como isso funciona? O hóspede de Cuiabá, por exemplo, que vai fazer um cruzeiro saindo de Santos ou do Rio de Janeiro, ele não vai chegar no dia do embarque, embarcar e voltar para casa. Ele vai chegar antes, passar 1 ou 2 dias ou ficar 1 ou 2 dias na volta. Dessa forma nós movimentamos todo o setor de turismo.

O maior cliente de companhia aérea hoje nos Estados Unidos é a companhia marítima, porque o hóspede precisa circular e se transportar até o ponto de embarque, e ele nunca chega e já embarca. O brasileiro que vai fazer um cruzeiro em Miami ou na Europa chega no mínimo um dia antes, sob risco de perder o navio. Isso movimenta a economia e usa hotelaria.

Hoje, nós temos um discurso extremamente conciliatório com a ABIH, através não só do Diretor Executivo, mas do Presidente, que é o Dr. Álvaro, que inclusive foi o primeiro a levantar a bandeira do navio para a solução para a Copa de 2014. Também falamos com o FOHB, que é o fórum das empresas aqui no Brasil, explicando que parte dos associados do FOHB vê o navio como uma grande ameaça, mas a outra parte vê como um grande cliente.

Ontem estive num evento e um representante de uma rede de hotéis me falar: eu queria fazer negócio com vocês, porque eu tenho hotéis em todos os seus portos de escala e eu queria que o seu turista comprasse uma excursão até o meu hotel fazendo um *day use*. Então eu posso oferecer um almoço, ele pode ficar na piscina do hotel etc.

Isso é bom também para a economia local, em Salvador, em Fortaleza, porque é utilizado um *transfer*, um *tour*, um guia, enfim, é emprego gerado, e assim por diante.



O que oferecemos é uma solução a uma carência na hotelaria de determinada cidade-sede que pode ser suprida, mas ninguém está reinventando a roda. Isso aconteceu nas Olimpíadas de Atenas, nas Olimpíadas de Sidney, na Copa do Mundo da Itália e na Copa do Mundo da França. Por quê? A solução para Cuiabá não é construir uma capacidade hoteleira local que após o evento vai ficar ociosa. A solução para Cuiabá é que o navio fique num porto... Temos que lembrar o seguinte ao pessoal de agência de viagens, de operadoras que fazem os pacotes. Um determinado país pode ou não avançar no jogo, e aqueles turistas que vieram podem ou não ficar no Brasil.

A logística para esse tipo de evento é impressionante. Por exemplo, o Brasil foi para a Copa e avançou. Pegando primeiro ou segundo lugar numa determinada chave, vai para uma cidade ou para outra. Isso significa que a capacidade hoteleira pode ter uma maior ou menor demanda. Vamos pegar o exemplo da Inglaterra, que virá para as Olimpíadas. Todos aqueles turistas ingleses não sabem se a Inglaterra avança ou não naquela competição. Ela pode jogar em Recife, pode jogar no Rio, pode jogar em Porto Alegre, e assim por diante.

Qual é a solução? Utilizar um navio como capacidade instalada, como foi feito por operadores brasileiros na Copa da Itália. Os brasileiros foram à Itália e se deslocaram de ônibus até o navio, onde ficaram hospedados. Independente de onde o Brasil fosse jogar, eles se deslocavam em ônibus. Aqui no Brasil tudo é mais complexo, pela distância. Mas vai ter que ocorrer um deslocamento por avião de qualquer forma. Se o navio estiver no Rio ou em Recife, e a Inglaterra for jogar em Cuiabá, esse pessoal pode ser transportado por avião até Cuiabá para assistir ao jogo. Ao término do jogo, ele volta. Tudo isso em sistema de fretamento, ou até em voo regular, dentro de uma possibilidade de logística muito mais viável, através do navio, e não necessariamente do hotel, onde há o procedimento de *check in*, *check out*, mala entra e sai. Isso para assistir a um jogo. E o turista talvez possa permanecer um tempo maior e consumir mais dentro daquela localidade.

Alta demanda de turistas estrangeiros vai acontecer com a Copa. Temos que nos preocupar com o turista brasileiro, que quer seguir os jogos do Brasil, o turista local, mas também com o estrangeiro que virá.

[P6] Comentário: Sessão:1246/09 Quarto
Taq.:Leandro Rev.:



Tripulação altamente preparada. Aí, busco as palavras do representante da ABIH, que disse o seguinte — vejam a ironia do destino —: a indústria hoteleira brasileira tem um problema de mão de obra. Sou formado em Hotelaria, aliás, sou professor de Hotelaria. Dou aula no SENAC, em São Paulo. Sei o quanto é difícil formar mão de obra. Porém, aqui no Brasil, os navios de cruzeiro têm uma regra. Tenho certeza de que o hotel não tem regra. Se o hotel quiser contratar um estrangeiro para ser seu gerente-geral, ele pode; um estrangeiro para ser seu gerente de alimentos e bebidas, para ser seu chefe-executivo, seu *maître*. Ele não só pode como faz. Os navios de cruzeiro têm uma determinação do Conselho Nacional de Imigração: eles têm obrigatoriamente que ter 25% de brasileiros trabalhando a bordo. Ótimo, porque as companhias querem ter a bordo brasileiros, que falem português para atender melhor o hóspede brasileiro. Mas, se não se fizer uma programação para que isso aconteça, não há 25% de brasileiros que possam trabalhar a bordo do navio. Por quê? Porque o resto da população fala inglês.

Outra observação do representante da ABIH muito bem feita, por sinal, foi a de que, aqui no Brasil, temos o problema da língua. Nem todos falam a língua. Para trabalhar num navio, há a questão de segurança, todo o treinamento, os avisos e o *report* com as diversas chefias. Então, isso não é algo que se faça por decreto, mas algo que se faz por investimento. Investimento em capacitação, e conjunta. Isso também é bom para a indústria hoteleira.

Só dentro das companhias da **ABREMAR**, temos mais de 8 mil brasileiros trabalhando a bordo de navios no mundo inteiro. Eles não ficam aqui só nos 3 ou 4 meses de temporada. Eles vão trabalhar na Itália, nos Estados Unidos e na Ásia dentro desses navios. Eles não vão trabalhar nesses navios para sempre. Mas conseguimos formar com um alto grau de capacitação uma pessoa que hoje trabalha como garçom no navio, e volta, como *maître* ou como gerente de restaurante. Não só para a área hoteleira, mas também para a área de restaurantes, bares e similares.

Há uma hospedagem sustentável. Eu estava lendo hoje, no voo vindo de São Paulo, uma revista chamada *Mundo Corporativo*. Ela falava que um dos maiores problemas que temos para a Copa de 2014 — interessante, porque era justo o tema da audiência — é a questão do saneamento básico, que não existe. Então, por

[P7] Comentário: Associação Brasileira de Representantes de Empresas Marítimas



exemplo, quando um navio chega a Ilhabela, não causa impacto, do ponto de vista de meio ambiente o saneamento básico na ilha, porque ele não retira o lixo lá, ele não joga dejetos. Ao contrário, ele vai tirar nos grandes portos, que têm capacidade para digerir isso. Isso faz com que Ilhabela possa ter um impacto turístico positivo e sustentável, numa quarta-feira no mês de fevereiro ou de março, onde não há turista, onde não tem emprego, o taxista não roda. Esse turista no final do dia vai embora, e pode procurar até um investimento, comprando uma segunda residência, voltar e passar uma semana de turismo lá.

E também há o controle da construção desenfreada de unidades habitacionais. Já vimos isso acontecer antes em vários lugares do mundo. Um exemplo é o modelo espanhol. Fala-se muito do modelo espanhol de expansão de turismo, que durante muito tempo foi um grande sucesso, mas chegou a um ponto de saturação. Estudamos um case da ilha de Palma de Maiorca, onde o navio chega, faz uma semana de cruzeiro, e o turista passa uma outra semana usando a capacidade ociosa de segunda residência, especificamente no conceito de *time sharing*, que é aquele tempo compartilhado. Vários empresários, aqui no Brasil, tentaram fazer isso, mas não deu tão certo. Haja vista o exemplo de uma reportagem da revista *Exame* desta última quinzena que diz que um empreendimento hoteleiro tentou fazer um *time sharing*, um tempo compartilhado, e não obteve sucesso.

Essa questão em Palma de Maiorca jogou todas as tarifas hoteleiras para baixo. O que parecia ser um grande investimento num primeiro momento tornou-se um problema econômico e social depois. Imaginem, em Cuiabá, o impacto dos volumes financeiros para construir todas essas unidades habitacionais e o impacto quando o evento termina. Isso gera emprego num primeiro momento, mas não é um emprego sustentável. Então, o que precisamos buscar é uma solução, talvez não-permanente... Até porque, pelo que entendo, os associados do FOB e da ABIH comentam que em São Paulo eles já encontraram o ponto de equilíbrio. Se forem construídos mais empreendimentos hoteleiros, a tarifa vai cair de uma forma que vai sucatear o parque hoteleiro.

Em termos de infraestrutura, temos problemas sérios. Hoje, o Brasil tem mais de 40 portos de escala, e apenas 6 deles apresentam estrutura para grandes

[P8] Comentário: Em português, Maiorca. Em espanhol, Mallorca. Em catalão, Malhorca.

[P9] Comentário: Fórum de Operadores Hoteleiros



embarcações, que são essas embarcações para 2 mil, 3 mil hóspedes. Elas podem receber inclusive parte de uma delegação francesa, espanhola, japonesa, italiana, americana. Enfim, não estou predizendo quem vai participar do evento, mas 1 ou 2 navios podem receber uma delegação dessa. Creiam, o brasileiro é apaixonado por futebol. Vamos ter um impacto muito grande de brasileiros assistindo aos jogos, não só do Brasil, mas de outros times.

Temos o problema de que hoje, no Brasil, as taxas portuárias de praticagem estão entre as maiores do mundo. O que aconteceu? Havia um segmento no qual o movimento era de 1 navio por ano, e se cobrava um valor. Quando se tem 18 navios por ano, não pode ser cobrado o mesmo valor; tem que ser um valor menor, porque haverá muito mais negócios e uma economia de escala muito maior. Naquele tempo, aquela companhia que vinha com um navio estava disposta a pagar, porque o Brasil era um destino exótico. Mas quando ela começa a vir com uma operação de 18 navios, essa economia de escala precisa se fazer presente.

Temos problemas com berços de atracação. Por exemplo, Santos, que é o maior porto de cruzeiros marítimos hoje no Brasil, tem 2 berços de atracação em frente ao terminal principal, fazendo com que você tenha que transportar de ônibus os hóspedes de cadeira de rodas ou com idade. E não são ônibus prontos para isso, com degrau. É uma situação complexa.

E no Rio de Janeiro, que tem um porto belíssimo, que é uma cidade mais do que maravilhosa, que merece ter... Não estou dizendo que não foram feitas melhorias. Elas foram feitas, o novo terminal foi inaugurado. Porém, isso ainda não atende às necessidades do País, do turista brasileiro, e principalmente do turista internacional, que vai chegar pensando no porto que vê lá fora. E ele não vai encontrar isso aqui. Tivemos problemas com esses 75 mil estrangeiros que vieram fazer cruzeiro no Brasil. O índice de insatisfação e o índice de reclamação foram muito altos por causa da infraestrutura portuária. E a companhia que vende o cruzeiro fala: *"Você está me fazendo uma proposta de férias e, quando eu chego no porto, é isso? Eu prefiro que não me faça proposta para ter essa experiência, porque eu fiz um cruzeiro com você saindo de Miami, de Nápoles, de Civitavecchia, em Roma, e a experiência foi ótima. Eu achei que ia ter a mesma."* E as companhias se ressentem disso, porque é um cliente internacional.



E a infraestrutura é precária. Eu preciso mostrar a V.Exas. uma questão. No Porto de Ilha Bela, eu peguei um caso, só para mostrar a V.Exas., que talvez não seja uma cidade da Copa, mas tem uma questão. O hóspede que vai fazer o programa com cruzeiro durante a Copa tem uma possibilidade muito incrível, que é a seguinte: por exemplo, a delegação alemã vai assistir a um jogo no Rio e o próximo jogo vai ser em São Paulo. O que ele vai fazer naqueles dias em que as Seleções estão descansando? Ele vai fazer turismo. Então, o navio pode levá-lo a outros portos do Brasil, gerando um impacto econômico muito forte em cidades que não são sedes e não têm nada a ver com a Copa do Mundo.

No Rio de Janeiro, ele pode ir para Angra dos Reis, para Búzios, para Cabo Frio, enfim, o turista pode conhecer o litoral fluminense, e assim por diante.

No litoral de Santa Catarina é incrível. Ainda que Santa Catarina não tenha sido confirmada como cidade sede, ela pode ser extremamente impactada por isso, porque ela não vai ter hospedado o turista americano, alemão ou francês, mas esse turista pode ir lá passar 1 dia ou até passar 1 noite, uma *overnight*, 2 dias de navio.

E aí é que reside, para a comunidade de Santa Catarina, uma grande possibilidade econômica. Até onde me lembro — temos relacionamento lá —, eles ficaram muito frustrados por não terem sido confirmados como uma das cidades sedes, mas o navio pode levar o turista a Santa Catarina no intervalo dos jogos, parando em Porto Belo, em Florianópolis, em São Francisco do Sul e em tantas outras cidades. O problema é que hoje não temos em Santa Catarina infraestrutura para cruzeiro. Não sei se há alguma companhia fazendo escala lá neste ano. Mas até onde sei, não.

Você faz escala? Em Porto Belo. Em Porto Belo e só. Mas Florianópolis, que é um destino belíssimo, não está sendo visitada.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RICARDO AMARAL - Exatamente. Então, quero mostrar só a situação de Ilha Bela. Daqui a 2 meses, mais de 250 mil turistas vão chegar em Ilha Bela, quer dizer, esse era o plano, porque está no itinerário. Houve um vendaval, e hoje essa é a situação de Ilha Bela. E não existe plano para resolver isso. Há flutuantes soltas, com as juntas elásticas quebradas.



Existe uma verba do Ministério do Turismo para fazer uma reforma, mas olhem a situação em que se encontra o Porto de Ilha Bela, onde 250 mil turistas. É o ex-porto, ex-terminal. E há uma outra situação: Búzios, Ilha Bela e Porto Belo não são locais em que se atraca o navio. E hoje, no mundo inteiro, num cruzeiro de 7 dias, nós não buscamos ter mais do que uma, no máximo 2 escalas que tenham transporte com os *tenders*, que são as lanchas que levam o hóspede do navio até o ponto. Então, é preciso ter uma doca, como aquele navio lá do outro lado tem.

Então, olhem a situação da escada. Imaginem um hóspede em cadeira de rodas, com limitação de movimento, com muleta ou mesmo uma pessoa de idade. A minha avó, por exemplo, que é idosa e adoraria fazer um cruzeiro, não consegue descer em Ilha Bela.

Enfim, essa é a situação. Eu acho que isso é importante e é a razão da audiência, porque não adianta todos contarem com o navio aqui em julho, se, primeiro, não há navio, porque não há condições de infraestrutura. Segundo, as condições de operação de navios aqui no Brasil não são favoráveis, e nenhuma companhia vai estar presente, se isso não for alterado. Essa é uma questão sistêmica.

Portos no mundo. Aí vamos ter uma olhada em alguns portos no mundo, com 6 ou 8 navios. Isso que temos. Isso é Palacrociere, em Savona, na Itália. É basicamente um *lobby* de aeroporto. Essa é a infraestrutura. O hóspede chega fazendo uma viagem internacional; ele entra no navio dentro de um *finger*. Isso aqui não existe no Brasil, não existe um terminal de 3 andares.

Chegamos numa questão de tributos. Todos falam na questão de isonomia para cruzeiros marítimos, que é algo muito importante em relação à capacidade hoteleira. Mas o que acontece hoje é que, no mundo inteiro, as companhias de cruzeiro marítimo não têm incidência desse tipo de tributo. Aqui no Brasil, elas a têm. A arrecadação da Receita Federal no Porto de Santos com cruzeiros marítimos bateu um recorde no ano passado. A Secretária de Turismo de Santos justifica o impacto na economia de Santos de 170 milhões de reais somente na temporada passada.

Acontece que estamos fazendo uma conta — costume dizer que é uma conta burra. Vamos aplicar um pouco de tributo para arrecadar, mas aí as outras



companhias não vêm para o Brasil, e as que vêm ficam só 3 meses e não participam da possível extensão.

As companhias de cruzeiro são extremamente gratas ao Brasil pela possibilidade de atuar em cabotagem. Isso é fundamental; não estamos reclamando, mas dizendo que, no Brasil, hoje, as companhias já pagam muito mais tributos do que pagam em qualquer lugar do mundo. E, nesse aspecto, a companhia analisa se vai mandar os navios para aquele lugar onde não paga tributo, ou paga menos, ou vai mandar para o Brasil, onde paga muito? Essa é uma pergunta óbvia.

Então, o que estamos dizendo é o seguinte: existem os tributos; pagamos os tributos; existe uma pressão para que esses tributos aumentem enormemente, mas é importante que se deixe claro que isso não é viável. Se esses tributos aumentam, a companhia vai para outro lugar no mundo.

Inclusive, fizemos uma consulta formal à Receita Federal, verificamos que logicamente todos os tributos que pagamos foram não só reforçados e que a cabotagem de carga no Brasil não paga tributo em cima de combustível, mas o turismo paga. Ou seja, se queremos incentivar a atividade, por que dar tratamento diferenciado à carga em relação ao turismo, sendo que o turismo pode ser uma fonte enorme de receitas e de impacto social e econômico?

A definição de cruzeiro de cabotagem é algo que pedimos. Mais de 70% de todos os cruzeiros que saem da costa brasileira são de cabotagem. Existem interpretações únicas do Brasil. E não estamos dizendo que são erradas ou não. Estamos dizendo que essas questões precisam ser revisitadas, porque o Brasil está tentando, através, não da legislação, mas da adaptação de legislação de outros segmentos para o navio, normalmente não aquela que é mais favorável, regulamentar a atividade. É por isso que falamos sobre a necessidade de um marco regulatório, sobre o qual já tivemos oportunidade de fazer uma apresentação na Comissão de Turismo da Câmara, e foi entendido — alguns Deputados se manifestaram a favor de uma legislação. Hoje existem segmentos do Estado e do Governo legislando sobre o tema cruzeiro marítimo sem competência para tal. E uma delas é adotar uma lei ou uma instrução normativa que diga que 25% precisam ser brasileiros.



Mas também não podemos legislar e criar um problema. Surgiu um projeto em que 50% seriam brasileiros. Isso é inviável. As companhias não têm como fazer isso. Vejam um representante local dizendo que, em hotelaria, não é possível, pois existe um problema de mão de obra.

Há também as questões de procedimentos operacionais e taxas operacionais, vistos para tripulantes. As associadas da ABREMAR pagaram mais de 4 milhões de dólares para vistos de tripulantes no Brasil. Esses 4 milhões de dólares poderiam ter sido investidos em infraestrutura portuária. Então, é uma questão de analisarmos o segmento como um todo para podermos participar.

Essa é a questão das leis trabalhistas para tripulação com altos custos para essa obtenção de vistos — existe uma complexidade muito grande para a obtenção desses vistos. Não vou entrar nesse detalhe, porque não é relevante o detalhe, mas é relevante a questão de que, para estar aqui, o navio precisa tirar visto para toda a tripulação. Isso é feito para uma temporada de 4 meses, mas, para o navio vir para passar um mês, o custo é tão alto — porque são 15 e 16 dias para vir e 15 e 16 dias para voltar, ou seja, mais 30 dias de permanência. Quer dizer, já vai se pagar o dobro para que o navio esteja aqui, mais a questão de vistos sendo diluída dentro de uma situação como essa e mais os preços nas lojas dos navios, que são tributadas, sim. O navio paga imposto de tudo o que vende a bordo, na loja, algo que não ocorre em lugar nenhum do mundo. Só aqui. As lojas no navio, normalmente, no mundo inteiro, inclusive nos *ferry* que fazem a travessia da Dinamarca para o Continente Europeu, enfim, Suécia, etc. e, entre esses Países, todas as vendas são *duty free*, porque é uma navegação que sai da água costeira.

E, só para encerrar, o Presidente da Fifa, Joseph Blatter, disse no jornal *The NY Times* — está citada a fonte aí em baixo —, que ele acredita que os navios de cruzeiro podem ser a solução para o problema de falta de leitos para a Copa do Mundo de 2010, na África do Sul.

Então, nesse sentido, o Brasil está conscientemente mais atento, preocupado e interessado através da iniciativa desta Comissão em se antecipar aos potenciais gargalos que podem ocorrer para a Copa.



Agradeço novamente o convite, em nome da ABREMAR, por ter tido esta oportunidade de apresentar as situações do setor de cruzeiros marítimos para que possamos estar presentes e contribuir com a execução desse evento em 2014.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradecemos ao Dr. Ricardo Amaral, Presidente da ABREMAR. Queremos dizer que haverá oportunidade de responder perguntas e esclarecer algumas dúvidas.

Passamos imediatamente a palavra ao Dr. Nelson de Abreu Pinto, Presidente da Confederação Nacional de Turismo, que também fará uma exposição em vídeo.

Solicitamos ao Dr. Ricardo que chegue mais próximo.

O SR. NELSON DE ABREU PINTO - Exmo. Sr. Deputado Federal, Dr. Silvio Torres, grande liderança nacional, em especial do meu Estado de São Paulo, quero cumprimentá-lo pelo seu brilhante desempenho neste momento em que o Brasil se prepara para a de 2014, mas, sobretudo, exaltar seu passado, seu perfil de um dos mais conceituados e respeitados Parlamentares do Congresso.

Estamos aqui em nome da Confederação Nacional de Turismo (CNTur), cumprimentando todos os Deputados Federais presentes, as autoridades e os representantes que já falaram antes de mim, o César, da ABIH, e o representante da ABREMAR.

Queremos, em nome da Confederação Nacional de Turismo, reiterar nosso apoio às apresentações feitas aqui pelos expositores que me antecederam e pedir para passar rapidamente um vídeo de 5 minutos, que vai apresentar o que é a CNTur e quais são as nossas propostas. No final, vamos concluir, em algumas citações do *power point*, demonstrando como estamos preocupados e nos preparando para a pré-Copa e para a pós-Copa, porque acho que compete efetivamente à Confederação Nacional do Turismo já colocar esse tema na mesa de discussão.

Certamente, de tudo que foi falado aqui, não podemos efetivamente sugerir, induzir, um *boom* do investimento imobiliário, grandes equipamentos novos em hotelaria, quando temos, sim, que suprir algumas capitais e cidades que serão sede dos jogos. Evidentemente, a iniciativa privada até já possui construções em andamento.



Queremos efetivamente mostrar que esses grandes cruzeiros marítimos socorrem as sedes de jogos olímpicos. Isso já ocorreu em Copas do Mundo anteriores e vão auxiliar na Copa de 2010, na África. Isso não é novidade no mundo. Por isso a preocupação da CNTur com a pré-Copa e a pós-Copa. Vou falar rapidamente, na seqüência, aos senhores.

Peço agora que seja apresentado o vídeo da CNTur

(Exibição de vídeo.)

O SR. NELSON DE ABREU PINTO - A nossa proposta, conforme falávamos no início, era que a Confederação estivesse preparada para trabalhar de forma integrada, não apenas com as 12 capitais-sedes, mas também com os municípios que estão em seu entorno.

Essa orientação foi-nos passada inclusive pelos companheiros do *trade* de turismo e pelo Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado, para que a CNTur se preocupasse fundamentalmente com essas cidades que estão no entorno. S.Exa. até dava exemplo da sua cidade de Palmas, lá no Tocantins, que está há pouco mais de meia hora de voo, aqui de Brasília, e da Capital de Goiás, Goiânia, que também ficou frustrada com a não-indicação. Nós vamos levar, sim, esses visitantes que estarão sediados aqui em Brasília, cerca de 50 mil, para visitar essas cidades entre um jogo e outro. Eles terão essa oportunidade, já que a ABAV e a Federação Nacional de Turismo — FENACTUR já estão fazendo com a CNTur um programa de visitaçã para em torno das 12 capitais-sedes da Copa. Nós vamos trabalhar com 100 municípios. Doze capitais-sede e 88 municípios localizados no entorno dessas 12 cidades. Esse é um trabalho da CNTur, que vai preparar esses 100 municípios de forma integrada para a pós-Copa e para a pré-Copa.

Nós estamos apresentando um plano quinquenal, de 2009 a 2014, que terá início a partir de outubro, nas 12 capitais. Na seqüência, até o final do ano, queremos já estar trabalhando com esses 100 municípios. O objetivo é cooperar nessa questão da estrutura física instalada. Nós queremos estar, nos próximos 30 meses, nas 14 sedes de Copa e mais 2 cidades, que são Foz de Iguaçu e Gramado, onde nós teremos instalação própria ou conveniada. E nos demais 10 meses

[p11] Comentário: Sessão:1246/09
Quarto:12 Taq.:Rosária Rev.:

[p12] Comentário: ok.

[p13] Comentário: ABAV - Associação Brasileira de Agências de Viagem. Rosária.

[p14] Comentário: Sessão:1246/09
Quarto:13 Taq.:Márcia Moreira Rev.:



subsequentes aos 30, estaremos presentes com sede própria em todas as capitais do País ou em ações cooperadas.

A universalização da presença na *web* é uma promessa que nós já tornamos realidade. Nós vamos utilizar essa ferramenta para fazer não apenas a promoção desses 100 destinos, como vamos surpreender o País com a apresentação de 3.600 municípios do Brasil que têm algum apelo turístico. Nossa intenção é que esses 3.600 municípios recebam, por meio da *web*, uma ação direta, inclusive na qualificação profissional. Queremos fazer com que o Ensino à Distância — EAD — seja uma realidade factível no campo do turismo.

Nós estamos trabalhando, portanto, em todas as regiões turísticas e queremos, em nome CNTur, trabalhar pelo Brasil pós-Copa. É essa a grande proposta que estamos trazendo hoje aqui para esta Comissão da Câmara dos Deputados.

Nós estamos preocupados com 2 ações fundamentais da Confederação Nacional do Turismo. Uma é o turismo e o social. Nessa questão temos comprometimento sério já feito aqui na Câmara com a Frente Parlamentar Ambientalista, presidida pelo Deputado Sarney Filho. Já estamos com ações efetivas, preparando um roteiro, um guia de informações para cerca de 2 milhões de empresários do turismo brasileiro, a fim de que eles estejam comprometidos com o turismo sustentável.

Então, as ações no campo do turismo e do social cuidarão de questões da mulher, da família, da criança, do idoso, do portador de necessidades especiais. Esse é um compromisso também da Deputada Federal Gorete Pereira, do Ceará, que, aqui da Casa, é coordenadora dessas ações. No tocante ao turismo sustentável, a coordenação é do Deputado Sarney Filho, que nos dá orientação e apoio.

Na questão do Sistema "S" do Turismo já estamos trabalhando com o Serviço Social do Turismo — SESTUR — e, em termo de cooperação, já iniciamos ações com a Confederação Brasileira de Clubes.

Quero aqui agradecer publicamente o apoio recebido do Governo Federal por meio do Ministro dos Esportes, Orlando Silva, que nos disponibilizou cerca de 800 equipamentos para as ações do SESTUR no Brasil.



O SESTUR já está em marcha, em andamento. O Senado Federal e a Câmara dos Deputados, posteriormente, vão legalizar a criação do Sistema "S" do Turismo, mas já estamos trabalhando por meio daquilo que convencionamos chamar Rede Brasil de Qualificação Profissional e Desenvolvimento Social do Turismo. Essa rede trabalha na qualificação, com apoio do Ministério do Turismo e das instituições de ensino de turismo. Nós temos hoje já conveniados no Brasil 112 universidades e faculdades e escolas de turismo.

Comunico que vamos encaminhar a todos os Gabinetes dos Deputados Federais esse *folder* em que são nominadas e apresentadas as primeiras universidades conveniadas nos 26 Estados e no Distrito Federal. Quero deixar disponível, por meio do Deputado Silvio Torres, esse material para ser divulgado entre todos os Deputados Federais interessados em obter informações sobre as ações. Nós visitaremos pessoalmente, ou por meio da nossa assessoria, os Gabinetes. E estamos disponibilizando a outras universidades ou faculdades e escolas de turismo em seus Estados possam celebrar convênios ou ações cooperadas conosco. Ou seja, nós não vamos privilegiar, dar prioridade ou exclusividade, em nenhuma cidade dessas 100, a uma universidade. Poderemos ter 2 ou mais universidades conveniadas com a Rede Brasil de Qualificação Profissional.

[p15] Comentário: Sessão:1246/09
Quarto:14 Taq.:Márcia Moreira Rev.:

E para o desenvolvimento social do turismo, conforme nós dissemos, essas ações vão acontecer com o Ministério dos Esportes e com a Confederação Brasileira de Clubes. Portanto, nós não vamos precisar de 60 anos para construir os equipamentos necessários. Já temos os equipamentos prontos, já temos o *know-how*. O professor Mário Beni, da USP, de São Paulo, é o Presidente dessa rede, e nós acreditamos muito que estaremos, até o final do ano, trabalhando nesses 100 municípios aqui anunciados.

[p16] Comentário: Confirmado no site da
CNTur. Márcia Moreira.

O programa Turismo para Todos vai ser o grande fecho das ações da CNTur para o pós-Copa. Eu quero solicitar o apoio dos Exmos. Srs. Parlamentares, e faço isso por meio desta grande liderança que é o Deputado Silvio Torres, porque o Brasil vai precisar efetivamente universalizar turismo interno. Temos de estar comprometidos com isso como princípio de cidadania.



Nós não podemos imaginar o turismo senão como fato econômico, como fato social, presente no art. 180 da Constituição Federal:

“Art. 180. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.”

Portanto, é no tempo imperativo do verbo que o art. 180 proclama essa responsabilidade, não apenas do setor público, mas de toda iniciativa privada, de todos os brasileiros e brasileiras. Que possamos tornar o turismo a principal atividade da economia nacional a partir de 2014. Vamos atingir essa meta nos próximos 5 anos.

Políticas públicas que virão desonerar o custo do turismo. O custo do turismo no Brasil, que compreende a hospedagem, o transporte, a alimentação, o lazer, está adequado ao poder aquisitivo da média da população brasileira? A resposta é óbvia: não está.

Nós podemos reduzir esse custo? Podemos. De que forma? Desonerando o custo de gestão da hotelaria, da gastronomia. O Governador Germano Rigotto é o grande condutor do processo de se ter uma alíquota mínima para o turismo na ordem de 1% do faturamento. Hoje alguns Estados cobram 2,5%, 3% até 5%, outros cobram 18%. Ainda não está universalizada essa questão de se ter um limite mínimo de 1% sobre o faturamento. E é possível se reduzir a carga tributária? Claro que é.

É possível se reduzir o custo da água e da energia para a hotelaria e para a gastronomia? Claro que é. De que forma? Desonerando o preço da energia e da água para os serviços de utilidade pública de natureza essencial, como, por exemplo, para quem fornece alimentação. Nas grandes cidades, 50% da população faz pelo menos uma refeição por dia fora de casa. E a hospedagem, a hotelaria? Essa redução é possível? É.

Então fica aqui essa nossa solicitação a esta Comissão, que tem uma responsabilidade muito grande de fiscalização financeira e controle, que possa ter, em seus princípios e ações, a defesa de políticas públicas para os serviços de utilidade pública. E não é apenas para hotelaria e gastronomia. É para padarias, farmácias, serviços que devemos reconhecer e prestigiar, dentro de uma linha.



Eu fico realmente muito feliz, em nome da CNTur, de estar na Comissão que V.Exa. preside, meu caro e amigo Deputado Silvio Torres, e, por seu intermédio, peço que seja transmitida a todos os membros da Comissão a disposição da CNTur de não apenas vir à Comissão, mas de ir aos gabinetes dos seus membros.

Está aqui o Deputado Edinho Bez, uma liderança, que tem uma folha de serviços prestados ao turismo como fatos econômico e social importantes. Nós não poderíamos falar, mas nos cruzeiros se joga 24 horas por dia. Nós temos que buscar uma forma de legalizar os cassinos no Brasil, na forma do sistema americano, para gerar emprego para os músicos, para os profissionais de hotelaria.

Quero dizer que minha vinda aqui tem o apoio integral de todas as 6 centrais de trabalhadores do País, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo. Como empresário do setor, fico muito honrado por estar hoje na Comissão que V.Exa. preside fazendo este depoimento aos Deputados Federais e a todos os que estão no plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Nós é que agradecemos ao Dr. Nelson de Abreu Pinto, Presidente da CNTur, em nome de todos os Parlamentares presentes — Deputados Edinho Bez e Vanderlei Macris, Deputada Thelma de Oliveira, e Deputado Paulo Rattes, Relator da Subcomissão Especial para Acompanhamento dos Recursos Públicos Federais Destinados à Copa de 2014. Nessa condição — o Deputado Paulo Rattes, além disso, é um dos autores do requerimento —, daremos primeiro a palavra a S.Exa. para que faça suas considerações.

Tem a palavra o Deputado Paulo Rattes.

O SR. DEPUTADO PAULO RATTES - Meu caro Presidente, caros convidados, colegas Deputados, esta talvez seja a nossa quarta audiência pública, com a presença de pelo menos 12 representantes de diversos setores ligados a questões que vão interferir no êxito da Copa do Mundo. Foram, talvez, 10 depoentes e também 1 depoente da área pública, o representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Quero dizer aos senhores que o que passa por esta Subcomissão, o que passa pela cabeça de todos os Deputados desta Subcomissão, ao final de cada

[P17] Comentário: Sessão:1246/09
Quarto:15 Taq.:Márcia Luísa Rev.:



depoimento, apesar da análise perfeita feita nesses depoimentos, o que paira sobre nós é a dúvida. Por que a dúvida? No Brasil, estamos acostumados, em todas as épocas e a toda hora, a ver obras malplanejadas, malconduzidas, malfiscalizadas, e, portanto, muitas vezes, atrasadas. A Copa do Mundo não pode atrasar. Tudo tem que estar funcionando no período de junho a agosto de 2014.

Hoje, por exemplo, ouvi com atenção os depoimentos. Havia uma questão que, inclusive, para o representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, estava praticamente resolvida: a da rede hoteleira. Essa talvez seja a que está melhor preparada, neste instante, para receber o fluxo de turistas durante a Copa. Calcula-se ou fala-se — eu não sei exatamente — que de 400 a 500 mil turistas virão ao Brasil.

Mas, ao mesmo tempo, eu ouço, daquele que vem falar em nome da rede hoteleira brasileira, uma indagação. Ele também indaga. Em primeiro lugar, com a construção de novos hotéis, poderemos ter, amanhã, um colapso na área, porque, após a Copa do Mundo, entraremos em um período ocioso, com grande prejuízo para a rede hoteleira.

Ao mesmo tempo, ele espera — o que é justo e seria muito bom, diga-se de passagem — que a navegação turística de cabotagem, em alguns setores, em algumas cidades, possa preencher essa lacuna. Aí vem o brilhante depoente Ricardo Amaral e nos diz que já estamos preparados, sim. Mas cadê os portos? Cadê as condições dos portos? Cadê as condições de tarifas?

Então, há dúvidas permanentes, conforme se viu de todos os depoimentos feitos nesta Comissão, embora sejamos todos brasileiros e queiramos uma Copa que realmente funcione. Como disseram, há pouco, na tela, o Ministro do Turismo e o dos Esportes, esperamos mostrar que não somos apenas o País do futebol. Seremos, mais do que isso, um País pronto para receber um grande fluxo de turismo, pelas grandes belezas que temos há muitos e muitos anos, porque, aqui, elas são da própria natureza.

No entanto, até hoje não soubemos fazer isso. A grande verdade é que não soubemos fazer isto: explorar o nosso potencial turístico, especialmente o turismo ecológico.



Então, indago ao Diretor César Gonçalves, da Associação de Hotéis, o seguinte: junho, julho e agosto é o período da Copa do Mundo de 2014. Julho é um mês de pico turístico em todo o País. Eu, pelo menos, quando viajo para o Nordeste em julho, tenho dificuldades de encontrar acomodação. Esses turistas continuarão indo para lá. E milhares de outros turistas chegarão à cidade, que é uma das cidades-sedes da Copa.

Eu pergunto ao Ricardo Amaral, Presidente da Associação Brasileira de Representantes de Empresas Marítimas, se existe porto, se existe infraestrutura para um bom funcionamento e para a chegada, o encaminhamento e a hospedagem desses turistas. Creio que não, pelos depoimentos que ouvi.

Então, fez muito bem esta Comissão ao criar a Subcomissão de Acompanhamento. Ufanistas todos nós somos, mas temos que ter responsabilidades em relação ao Brasil. Não podemos deixar de ter. Queremos, sim, que em 2014 possamos ter condições condignas de hospedagem, de infraestrutura, de mão de obra — o Brasil é carente de mão de obra hoteleira —, enfim, que os navios aportem e cheguem bem e que o turista saia daqui não como sai agora, como disse o senhor, reclamando de uma série de dificuldades que existem em relação ao turismo no Brasil.

Então, eu pergunto como poderíamos atender, em julho, por exemplo, em Fortaleza, apenas com navios, àqueles milhares de turistas que realmente vão se deslocar para lá. Não estou falando do Rio de Janeiro, estou falando de Fortaleza. No Rio de Janeiro acredito ainda que possamos fazer isso. Mas em Fortaleza, em pleno período de pico de férias, é difícil encontrar um hotel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradeço ao Deputado Paulo Rattes. Quero informar aos nossos convidados que ao final os senhores poderão responder a todas as indagações.

V.Exa. tem mais alguma indagação a fazer?.

O SR. DEPUTADO PAULO RATTES - Apenas mais uma ao Dr. Ricardo Amaral. O senhor crê que isso possa ser resolvido, como anunciam os Ministros de Estado — quero dizer que faço parte da base do Governo, sou do PMDB —, quando ainda não estimaram os custos em todos os setores? Dizem que no próximo mês saberemos dos custos de infraestrutura, dos estádios. Antes o Presidente da

[p18] Comentário: Sessão:1246/09
Quarto:16 Taq.:Christiane Monteiro Rev.:



Confederação Brasileira de Futebol anunciava que não haveria dinheiro público e agora anuncia que necessita de dinheiro público. E chega o BNDES e diz que pode financiar, mas é preciso que haja capacidade de pagamento. Os Estados têm capacidade de pagamento? Os clubes têm capacidade de pagamento? Há uma série de indagações que estão aí.

Eu perguntaria exatamente, por exemplo — para não citar o Rio de Janeiro —, se Fortaleza seria capaz de preencher a lacuna de vagas que os hotéis não poderão preencher para atender os turistas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradeço ao Deputado Paulo Rattes. Solicito ao Deputado que assuma a Presidência para que eu possa fazer as minhas perguntas também. O Deputado Edinho Bez está inscrito e a Deputada Thelma de Oliveira também. Deputado Edinho, a Deputada Thelma de Oliveira também tem pressa e ela tem prioridade, por ser mulher. Então, vou passar-lhe a palavra primeiro, com a autorização e a compreensão de V.Exa.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Quero cumprimentar os nossos convidados e agradecer ao Deputado Silvio Torres pelo convite para participar desta audiência pública. Não fazemos parte desta Comissão, somos da Comissão de Turismo, que está se debruçando sobre essa situação que é a Copa de 2014. Cuiabá foi bastante citada aqui. Até achei que o Dr. Nelson havia encontrado uma forma de nos favorecer com o mar lá em Cuiabá, o que resolveria o problema do calor — agora a temperatura está chegando a 38 graus à sombra.

Mais uma vez, Deputado Paulo Rattes, quero corroborar as preocupações de V.Exa., tão bem apresentadas aqui. São as nossas preocupações, são as dúvidas que nós temos em Cuiabá, no Mato Grosso. Se em cidades como Fortaleza, bastante citada aqui por V.Exa., existem esses problemas, imaginem no Centro-Oeste, em uma cidade como Cuiabá, que fez todo o esforço para ser indicada como uma das cidades-sedes da Copa do Mundo Mas sabemos dos desafios que precisamos e vamos enfrentar.

Quero dizer, Deputado Silvio Torres, que a bancada de Mato Grosso tem se reunido quase que quinzenalmente para debater essa situação. Nós temos problemas que vão desde a infraestrutura de saneamento básico até a rede hoteleira. Há pouco, aqui, quando estava sendo realizada a audiência,

[p19] Comentário: Sessão:1246/09
Quarto:17 Taq.:Christiane Monteiro Rev.:



conversávamos com representantes de restaurantes de Cuiabá sobre a preocupação com a qualificação dos nossos restaurantes, dos nossos profissionais.

Então, estou extremamente angustiada. Fiz questão de ficar aqui hoje exatamente para ouvir um pouco daquilo que está se propondo para resolver todos os problemas de infraestrutura.

Mas entendo, e minha intervenção é mais nesse sentido, que esta Comissão, Deputado Silvio Torres, vai ter uma importância fundamental, porque temos sentido a insegurança no tocante a como virão e onde estão os recursos que possibilitarão que as 12 cidades-sedes se organizem e se preparem para um evento tão grandioso.

Para nós, de Mato Grosso, é uma oportunidade extremamente importante, porque vai promover o desenvolvimento de um outro setor. Mato Grosso é conhecido como o maior produtor de soja e de algodão, como exportador de carne e de uma série de produtos. Mas o turismo, o turismo ecológico, o meio ambiente e o Pantanal são para nós extremamente importantes.

Por isso, estamos extremamente preocupados, porque em todas as reuniões da bancada com os Ministérios não temos sentido firmeza quando ouvimos como isso irá ocorrer. E, quando ouço as palavras do Dr. Ricardo Amaral sobre cursos de qualificação, uma série de coisas, entendo que isso até não será o mais difícil. Difícil será resolver os problemas de infraestrutura, não apenas de Cuiabá, mas acredito que de todas as demais cidades do País.

Portanto, Deputado Silvio Torres, entendo que esta Comissão tem um papel importantíssimo para nos ajudar nesse sentido, sob pena de não conseguirmos nos preparar devidamente para receber um evento tão grandioso.

Obrigada.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Sr. Presidente, Deputado Silvio Torres, meus caros colegas Parlamentares, demais presentes, início cumprimentando os Srs. César Gonçalves, Nelson de Abreu Pinto e Ricardo Amaral pelas suas exposições, que foram brilhantes. Nós que temos acompanhado essas discussões sabemos da importância do tema. E não nos resta outra alternativa a não ser acreditar no que foi dito aqui. Mas precisamos nos reunir mais e nos organizar para resolver os problemas. No caso da infraestrutura, por exemplo, sabemos que



precisamos corresponder. A vantagem é que sabemos e temos tempo. Sabemos o que queremos. Obviamente, precisamos fazer um planejamento e estabelecer metas, datas. Não tenho dúvida de que isso ocorrerá. Fui Secretário de Estado da Infraestrutura, sei como isso funciona. Na área de obras do País, se não tivermos um planejamento, se não tivermos bons projetos — ainda mais com essa história ambiental, que não nos cabe aqui detalhar —, as coisas não sairão. Mas o caminho é esse mesmo, é nos reunirmos. Temos a Subcomissão de Acompanhamento, da qual o Deputado Paulo Rattes é o Relator. Estamos preocupados. Repito: a vantagem é que sabemos mais ou menos o que queremos e temos tempo. E é isso que estamos fazendo aqui hoje, nos antecipando e trazendo convidados que correspondem às nossas expectativas.

Bom, sobre os jogos da Copa do Mundo, não tenho a menor dúvida de que nós não só vamos tirar proveito da Copa do Mundo para vender aquilo que nós temos de bom. Se não fizermos isso, passaremos um atestado de incompetência. E nós temos história para contar. Na área de turismo, então... Só de Porto Alegre a Belém do Pará, temos 8 mil quilômetros de costa marítima; temos mais de 2 mil quilômetros, de lá até Manaus, de vias navegáveis; temos mais de 25 mil quilômetros de vias navegáveis. Temos águas termais, praias, turismo rural. Se fôssemos enumerar tudo o que nós temos, ficaríamos aqui um tempão.

Então, é importante continuarmos fazendo essas reuniões, Presidente Silvio Torres, convidando pessoas de cada segmento para nos ajudar. Todos são importantes.

O que o Sr. Ricardo Amaral acabou de dizer aqui é muito interessante. Não escondo a minha preocupação com o navio de cabotagem, em função da preocupação dos donos de hotéis e de grandes *resorts* de lhes tirarem os clientes nos momentos em que aumenta o seu o faturamento. Mas não tínhamos ouvido a outra parte. Desde o dia em que conversamos, comecei a mudar o meu conceito. Na verdade, precisamos dos dois. Um ajudará o outro, até como complemento de opções para o turista. Então, estamos no caminho certo.

Quanto ao estímulo ao turismo interno, como dizia o nosso amigo Nelson, acho fundamental.



Políticas públicas. Há uma frase que não é minha, mas que eu adotei. É uma frase que aprendi há mais de 20 anos, ainda hoje muito atual, embora já tenhamos evoluído: o Brasil não conhece o Brasil. Nada melhor do que nos desenvolvermos também nessa área.

Há um outro ponto importante. Vou fazer um apelo como catarinense, pelo potencial turístico que nós temos. Santa Catarina não deixa a desejar em relação a nenhum Estado do País e a nenhum dos 40 países que conheço. Se estamos tendo uma visão macro do Brasil, teremos que aproveitar o potencial turístico do Mato Grosso do Sul, do Mato Grosso, da Bahia e de Santa Catarina, certamente dos melhores do País. Temos que aproveitá-los.

Deixo uma sugestão, principalmente para o Nelson. Quando o jogo for em Porto Alegre ou Curitiba, que possamos, juntos, levar os turistas para conhecerem Florianópolis, o turismo rural, as praias, as águas termais. Depois, vamos conversar a respeito dessa questão. Eu trarei aqui o Governador, o Secretário de Turismo. Entendo que é importante, porque estamos divulgando o Brasil. Para esse pessoal que vem de fora, não vamos divulgar Santa Catarina, mas o Brasil acima de tudo.

Quanto à carga tributária — conheço bem isso; sou o 1º Vice-Presidente da Comissão que trata da reforma tributária desde à época de Fernando Henrique Cardoso —, eu concordo.

Nas minhas palestras, costumo dizer que o turista é o único que vem à cidade não para trazer dinheiro, mas para deixar recurso, para melhorar renda, gerar empregos etc. O turista é o único que, quando chega à cidade, deixa dinheiro. Se for almoçar, estará ajudando o agricultor ou a pesca; se for comprar um chapéu, um boné ou uma camisa, estará ajudando a indústria e o comércio; se estiver hospedado nos hotéis...

Portanto, o turista tem de ser recebido com tapete vermelho, tem de ser bem tratado e, quando fizer barulho, temos de aplaudi-lo. A meu ver, isso é importante.

Concordo em reduzir. O que me preocupa — já me manifestei que sou favorável — é a parte burocrática, ou seja, como vamos isentar o setor. Na compra de determinado produto, para o setor do turismo é isento, mas para outro não. Nós temos de conversar, mas dá para avançar nisso, porque, com o avanço tecnológico também não deverá ser tão difícil.



Peço desculpas e aquiescência a todos, porque tenho de retirar-me.

Contem comigo. Parabenizo o Deputado Silvio Torres pelo comando desta Comissão. Costumo dizer que o Silvio é da nossa linha. Fazemos trabalhos com seriedade e pensamos não só no Estado, mas temos uma visão macro de País. Fui eleito por Santa Catarina, mas aqui voto projetos do Brasil e discuto questões nacionais e internacionais. No Estado há o Deputado Estadual, e no Município o Vereador. Aqui, trato questões nacionais e internacionais. Eu tenho de ter essa visão como representante. Somos Deputados brasileiros. Tenho no Silvio Torres essa mesma impressão de raciocínio. Obviamente, se tiver algum recurso, alguma coisa, cada um vai puxar para o seu Estado, e temos feito isso.

Também estendo os cumprimentos ao Paulo Renato, que não está medindo esforços para apresentar um bom relatório. E, juntos, seremos mais fortes para resolver essas questões.

Parabéns.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rattes) - Antes de passar a palavra ao Deputado Silvio Torres, quero parabenizar o Deputado Edinho Bez e dizer-lhe que as exportações são isentas de diversos impostos. Por que vamos taxar, evidentemente, o que vai deixar dinheiro na cidade e não vai levar nada daqui, apenas as compras que faz?

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Se me permite, tenho de concluir o raciocínio de V.Exa.

Com relação às exportações — falei da parte burocrática, a outra sou favorável —, não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rattes) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - No turismo, a compra de um produto para o setor em determinado local serve para outras áreas. Como isentar um e não outro? Falo da parte burocrática. Claro que vamos encontrar a saída.

Parabenizo V.Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rattes) - Muito obrigado.



Antes de passar a palavra ao Deputado Silvio Torres, quero lembrar apenas que falo muito em 1914, mas a data mesmo é 1913. Em 1913, vamos ter a Copa das Confederações, no Brasil.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Em 2014.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rattes) - Em 2013. (*Risos.*) É a preocupação permanente que está na minha cabeça.

Com a palavra o Deputado Silvio Torres, um grande lutador, um homem preocupado realmente com a questão da Copa do Mundo, do esporte no Brasil.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Obrigado, Deputado Paulo Rattes.

Caro Deputado Edinho Bez, cabe-me aqui a tarefa de preencher o espaço daqueles Deputados que, infelizmente, tiveram de ir embora. A quinta-feira, como disse antes, é um dia mais difícil de reunir um número maior de Parlamentares. Mas creio que os que estiveram aqui representaram muito bem a nossa Comissão e a Subcomissão. Poderemos, todos nós que aqui estivemos e ouvimos os nossos convidados, democratizar essas informações tão importantes que nos foram passadas. O Deputado Paulo Rattes, encarregado de elaborar o relatório sobre esses trabalhos, tem sido presente e está também muito preocupado em retratar a realidade da situação no Brasil para receber os jogos da Copa de 2014.

O objetivo da Subcomissão e desta Comissão, neste momento, é levantar os subsídios necessários para não apenas elaborar diagnóstico — de alguma forma nós já estamos vendo, já estamos conhecendo — mas principalmente, diante do conhecimento que estamos acumulando, confrontar os dados divulgados nesta Comissão com aqueles que estão sendo divulgados pela imprensa, de uma forma geral, pelos mais diversos agentes que estão atuando na organização da Copa, e elaborar um projeto de fiscalização para que não corramos o risco de destinar recursos mais do que o necessário, digamos assim, para alguns setores, deixando de priorizar outros, facilitando a ocorrência de irregularidades e desvios.

Esse é o papel que cabe ao Legislativo, ao mesmo tempo que cabe também elaborar a legislação necessária para que o País possa se desenvolver não apenas para a Copa de 2014, mas, de modo geral, alcançar um desenvolvimento sustentável e mais igual.

[P21] Comentário: Sessão:1246/09
Quarto:20 Taq.:Lelaine Rev.:



Estamos, saibam os nossos convidados, todos conscientes do papel que nos cabe e sabemos também da importância desse setor para a Copa de 2014 e para o País, de forma geral independentemente do evento.

Como Presidente da Comissão, antecipo, então, os meus agradecimentos e reafirmo a nossa gratidão pelas informações.

Vou procurar ser bem objetivo quanto às questões que tenho anotadas, até porque sei que já estamos avançando no tempo.

Vou começar com o Sr. César Gonçalves, Diretor da ABIH. Os Estados e Municípios, para ganharem a condição de sediar, assinaram compromissos com a FIFA, compromissos por escrito. Apresentaram projetos que certamente incluem a oferta de mais unidades hoteleiras para o turista. Esses compromissos passaram pela apreciação do setor antes de serem formalizados?

O senhor falou sobre linhas de crédito favorecidas. Que tipo de favorecimento, que tipo de incentivo o setor espera para poder fazer o investimento?

A questão da qualificação profissional, levantada em primeiro lugar por V.Sa. e posteriormente pelo representante da ABREMAR e pelo Dr. Nelson. O que o setor está fazendo para melhorar essa situação no Brasil, de uma forma geral, especificamente com relação à Copa? O setor tem a dimensão dos recursos necessários para a reforma e ampliação da rede hoteleira no Brasil? A rede de hotéis já está negociando com o BNDES algum tipo de recurso? Recentemente, eu li que o BNDES havia disponibilizado cerca de 100 milhões de reais para investimento nesse setor.

Especificamente na questão de financiamento, passo para a ABREMAR. No meu entendimento, uma outra vantagem do aporte dos cruzeiros marítimos no Brasil, dos navios de transporte de passageiros, é que não necessitarão de financiamento. Eles viriam para cá sem nenhuma ajuda. Ou seja, seria apenas um investimento privado, único e exclusivamente privado, além daquelas demandas já colocadas na questão de infraestrutura.

Pergunto também ao Dr. Ricardo Amaral sobre Ilhabela. De quem são as responsabilidades para resolver aquela questão? São do Governo do Estado, do Governo Federal ou da Secretaria de Portos?



Outra curiosidade refere-se ao combustível utilizado, adquirido no Brasil, pois sobre esse combustível também incidem impostos. A CIDE incide sobre o combustível que a ABREMAR utiliza? Quais são os tributos que incidem? Qual é a estimativa do setor, quantos leitos são, com qual oferta poderia contribuir o setor para 2014?

Também gostaria de saber se o Dr. César Gonçalves conhece a realidade da África do Sul, se ela tem carência, como está resolvendo o fato de ser o investidor privado ou o Governo que está bancando.

Dirijo-me ao Dr. Nelson de Abreu Pinto, pessoa com quem convivo há muito tempo, conheço sua luta e de seus companheiros para chegarem à Confederação Nacional do Turismo, sei o quanto foi difícil, e o cumprimento por essa conquista muito importante para todos nós.

Sobre essa questão de 1% do faturamento. Não entendi o que significa essa legislação que parece existir no Rio Grande do Sul e como é em São Paulo.

Quanto à questão das universidades, com as quais estão sendo firmados convênios, quero saber se estão fazendo convênio com as escolas técnicas também, pois acho que esse é um tipo de qualificação mais profissionalizante do que acadêmica.

Voltando à ABREMAR, gostaria de saber como está buscando solucionar o problema da capacitação do trabalhador brasileiro. Há uma integração da CNTUR com esses setores, tanto da ABIH como da ABREMAR, na questão da qualificação? Acredito ser esse realmente um dos problemas fundamentais.

Dr. Nelson, fiquei bastante surpreso, favoravelmente, com sua exposição sobre os projetos da CNTUR pelo Brasil todo que não apenas visam à Copa de 2014. Da parte da CNTUR, há algum projeto específico para a questão do turismo rural no Brasil? É um setor muito importante que atua meio na informalidade por ter problemas seríssimos com relação à legislação que impedem o desenvolvimento do turismo rural. Ontem, a Comissão de Trabalho aprovou projeto de minha autoria que regulamenta alguns itens da legislação, permitindo ao turismo rural atuar dentro do segmento rural, não como segmento urbano. Isso tem trazido vários problemas de legislação. O setor precisa muito do apoio do CNTUR. Então, deixo essa lembrança e esse apelo.



Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rattes) - Muito obrigado, Deputado Silvio.

Passo a palavra ao Dr. César Gonçalves, dizendo, inicialmente, que sou do Rio de Janeiro. Citei Fortaleza como exemplo de cidade de porte médio, com uma regular rede hoteleira, uma cidade de turismo, cujo pico é justamente em julho. Mas sou da cidade do Rio de Janeiro e conheço muito o Paulo Bezerra de Melo, irmão do presidente da associação.

Com a palavra, para suas respostas, o Dr. César Gonçalves.

O SR. CÉSAR GONÇALVES - Vou tentar, de forma bem objetiva, responder aos principais questionamentos dos Deputados Paulo Rattes, Silvio Torres, Edinho Bez e da Deputada Thelma de Oliveira.

Particularmente, o que foi dito inicialmente pela CBF de que não haveria necessidade de investimentos públicos foi uma declaração mais emocional do que possível. Acho que precisamos, e muito, de investimento público, o que não quer dizer que seja ruim. É uma oportunidade de avançarmos mais rápido, inclusive, removendo grande parte dos obstáculos que observamos hoje na execução de obras públicas. O fato de haver prazo, algo muito difícil de ser compreendido pela administração pública, certamente vai impulsionar muitas dessas obras que não são necessárias somente para uma Copa do Mundo, mas também para o funcionamento dessas cidades. A maior parte dessas cidades são caóticas, sem qualquer planejamento adequado em termos de futuro, falando em transporte público, infraestrutura e saneamento básico. Então, é preciso haver investimento público, e muito.

É preciso investimento público, por exemplo, na questão da qualificação. A qualificação profissional deveria ser oriunda do processo educacional básico; não tínhamos de estar discutindo qualificação profissional no nível que fazemos hoje. Grande parte dos estabelecimentos, tanto da área de hospedagem quanto, e principalmente, da área de gastronomia, convivem com a cruel realidade de neles ter trabalhando pessoas semialfabetizadas, pessoas que têm muita dificuldade de

[P23] Comentário: Sessão:1246/09
Quarto:22 Taq.:Andréa Nogueira Rev.:



aprendizado. Imaginem ensinar inglês a uma pessoa semialfabetizada! É algo muito complicado.

Estamos nos deparando com uma deficiência estrutural do País que precisa ser equacionada, inclusive, com responsabilidade pública! É responsabilidade pública constitucional dar o mínimo de formação educacional básica ao povo. E, ao não dá-la, tem-se o ônus desse aditivo, que precisa ser feito. Na verdade, os empresários, na maior parte, têm assumido esse ônus. Um dos maiores departamentos de todas as grandes empresas do País é o de recursos humanos. Tem de investir muito na qualificação profissional hoje porque o que se recebe do mercado é muito pouco em termos de qualificação. É importante dizer isso. Essa é uma preocupação.

Já respondendo a outra pergunta, nós empresários realmente fomos consultados sobre a necessidade de investimento e, por certo, somos parceiros do País num evento dessa dimensão, porque é imensurável o benefício em termos de mostrar ao resto do mundo a grandeza do Brasil. Existe essa preocupação porque não temos como fazer isso de forma unilateral. Então, é preciso que haja sincronia dos investimentos públicos com os privados.

As linhas de crédito têm de estar disponíveis. Por exemplo, no exterior, há linhas de crédito para se construir um hotel de 20 anos a 30 anos, porque hotel não é um empreendimento com retorno a curto prazo. No Brasil, as linhas de crédito são de 5 anos, no máximo. Então, nossos pleitos são nesse sentido. É preciso que haja diminuição nos juros e algum aumento, elasticidade, nos prazos. É importante que isso não apenas esteja ligado à questão do crescimento, mas também à questão da readequação dos equipamentos. É preciso que essa seja uma percepção.

Nos últimos anos, tivemos um *boom*, quando o investidor imobiliário construiu novos hotéis e as bandeiras vieram explorar. Mas há equipamentos que já existiam na hotelaria tradicional e precisam sofrer uma readequação e, necessariamente, haver linhas especiais. É o que estamos pedindo, ou seja, que o BNDES aja tanto em montante de recurso como em uma linha diferenciada, com prazos maiores e juros mais adequados.

Quanto ao mês de julho, quando algumas dessas cidades normalmente já teriam um pico, é um problema, de fato. Certamente, elas têm uma área de



influência que terá de ser utilizada. Devemos fazer um estudo junto com a ABREMAR sobre como fazer, nesses casos, uma concentração maior nessas cidades. Não é o caso de todas. Por exemplo, em São Paulo e em Brasília, é mês de baixa temporada. Então, temos alguns locais em que seria ótimo se pudéssemos equilibrar isso, se pudéssemos concentrar nas cidades que têm menos movimento em julho. Seria ótimo se fosse possível. Isso, portanto, é algo com que precisamos estar preocupados, pois vamos necessitar fazer uma adequação bem objetiva.

Na questão tributária, realmente a equiparação entre turismo e atividade exportadora é fundamental. Infelizmente, não conseguimos colocar isso no momento da Lei Geral do Turismo em razão de dificuldades técnicas. Teria de ser originado no Executivo e, de fato, teria de haver um estudo de compensação tributária. Mas acho que a Casa deveria assumir isso como uma responsabilidade sua. Precisamos fazer uma intervenção perante o Governo, para que ele, de fato, resolva essa questão, assim como a relativa à facilitação dos vistos.

Discutimos reciprocidade como se tivéssemos os mesmos problemas dos Estados Unidos, que enfrentam uma série de dificuldades de segurança nacional. Estamos precisando de turistas no Brasil e, para que eles venham, devemos criar facilidades, desonerar sua chegada ao País, porque o que eles deixam de dinheiro aqui é muito mais do que suficiente para compensar essa desoneração.

Quanto à questão da África do Sul, não tenho informações objetivas, mas lá eles estão discutindo o uso de navios como apoio, e as construções estão em ritmo acelerado — e, talvez, com muita dificuldade.

O que resta de receio para o empresariado privado, pelo que percebi na manifestação dos Srs. Deputados, deve-se ao fato de que o Brasil ainda é o País do jeitinho. Por exemplo, no Pan-Americano, as obras do Rio de Janeiro terminaram em cima da hora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rattes) - Se V.Exa. me permite dizer, terminaram muito mal, e as arenas não foram aproveitadas. Infelizmente, elas não foram projetadas para isso. E até hoje há problemas de custos que não foram bem definidos. É o que não queremos acontecer agora.

O SR. CÉSAR GONÇALVES - A origem disso, que é objeto de minha abordagem, é o planejamento, que acaba não acontecendo. Ele é feito na crise, isto



é: precisamos fazer, assumimos um compromisso e vamos fazer. A sensação que temos é a de que o caminho será muito parecido, pois, faltando 2 anos para a Copa do Mundo, os obstáculos terão de ser removidos na raça, e os investimentos vão acontecer, mas isso tem um custo, o custo do mau planejamento, sempre com desperdício de recurso, além do que, às vezes, não é feito da forma mais adequada.

Concluo dizendo que, embora haja essas preocupações, que são negativas, tenho uma visão muito otimista com relação ao resultado que isso acaba trazendo ao País. Conforme disse, é imensurável do ponto de vista de imagem, mas é fundamental do ponto de vista de aceleração das providências, que já deviam ter sido tomadas pela maior parte das 12 cidades e não o foram, muitas vezes, por prioridades mal formuladas, por obstáculos burocráticos ou coisa do gênero.

Do ponto de vista empresarial, estamos abraçados com o setor público, pressionando no que é possível. E, com certeza, o auxílio desta Casa legislativa será fundamental, porque é mais um ponto de pressão, uma pressão muito qualificada, para que esses obstáculos sejam removidos.

Espero ter respondido a todas as perguntas. Se faltou alguma, estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rattes) - Agradeço ao Dr. César Gonçalves.

Antes de passar a palavra ao Dr. Nelson de Abreu Pinto, quero dizer que, talvez, não me tenha expressado bem quando disse que, segundo o Presidente da CBF, não havia necessidade de dinheiro para as arenas, para os estádios e para as reformas, que isso seria da iniciativa privada.

Passo a palavra ao Sr. Nelson de Abreu Pinto.

O SR. NELSON DE ABREU PINTO - Obrigado.

Exmo. Sr. Deputado Federal Paulo Rattes, Exmo. Sr. Deputado Federal Silvio Torres, em nome de quem saúdo todos os membros da Comissão de Fiscalização e Controle, esta Comissão terá realmente um importante papel, conforme já foi dito pelo Deputado Edinho Bez e pela Deputada Thelma de Oliveira.

Assistimos, no debate de hoje, à apresentação de duas questões que realmente preocupam a todos os Deputados e à sociedade em geral. Questões pertinentes ao Governo Federal e aos Estados e Municípios em que serão



realizados os jogos e aos outros 88 Municípios, com os quais vamos trabalhar de forma integrada.

Quanto à infraestrutura, o Deputado Edinho Bez, com sua experiência — S.Exa. passou por uma Secretaria de Obras — sinaliza que temos tempo suficiente, infelizmente o que não havia no passado, e temos também o recurso necessário. Portanto, acho que o Brasil vai cumprir bem a tarefa.

Há a pergunta sobre a água em Cuiabá e outras questões em relação às quais temos de estar orando e vigiando, mas acredito que vamos suprir as necessidades básicas de infraestrutura dos municípios que receberão os turistas que virão para a Copa.

Conforme disse, a Confederação Nacional de Turismo — CNTur tem um programa que prevê o pré-Copa e o pós-Copa. Por essa razão, estamos identificados com o evento, meu caro Deputado Silvio Torres. Hoje a CNTur é uma realidade. É a nova realidade do turismo brasileiro, e estamos unindo todos os segmentos do setor, os agentes que representam as diversas atividades do turismo.

Com grande alegria, informo que as posições aqui manifestadas pela ABIH e pela ABREMAR são compartilhadas pelo CNTur.

Talvez a nossa seja a única confederação patronal do País que tenha, nos seus estatutos — isso está no capítulo VI, art. 27 —, a participação de todas as entidades civis de cunho nacional na administração direta das ações de seu executivo.

O conselho das entidades nacionais é presidido pelo nosso companheiro, também presidente da ABAV nacional, Carlos Alberto Amorim Ferreira, o Cacá. O Vice-Presidente é o Michel Tuma Ness, o Michelão, que o senhor conhece bem, da FENATUR, e o Secretário-Geral, Estanislau Brezolin, de Santa Catarina.

A propósito, aproveito para convidar a ABREMAR para integrar esse conselho. A ABIH já está sendo representada pelo seu Presidente, Alfredo Lopes, do Rio de Janeiro. O meu amigo Álvaro Bezerra de Mello, com o apoio do César Gonçalves, daqui uns dias, também estará presente — pelo menos, é o que espero.

Então, a união do *trade* é uma costura que estou fazendo com linha e agulha finas, e acredito que terei sucesso.



As posições que estou apresentando recebem o apoio de todo o Brasil. Afinal, estamos presentes em todo o Brasil. Temos sindicatos filiados à nossa Confederação em todos os Estados. E agora, finalmente, o processo está no Senado.

Daqui a alguns dias estarei no gabinete de V.Exas. apresentado o que é o Serviço Social do Turismo — SESTUR, o que é o Nacional de Aprendizagem do Turismo — SENATUR, qual a sua proposta para o Brasil. E vamos ajudar o SESC e o SENAC, que continuarão sempre passando de bom para ótimo e prestando grande serviço ao comércio.

Mas o senhor falava em 1%. Um por cento também é o número de profissionais que o SENAC formou no Brasil até hoje. De 8 milhões de trabalhadores, menos de 1% passaram pelo SENAC. Queremos levar esses 8 milhões para a requalificação, por meio do SENATUR.

O apoio que vem das universidades, dos campos acadêmicos, não é menor do que aquele que virá desse universo de escolas de formação técnica da área operacional, escolas também ligadas ao turismo, o que nos interessa.

Precisávamos rapidamente ter equipamentos compatíveis com o tamanho do Brasil para o trabalho gigantesco que a Rede Brasil de Qualificação e Desenvolvimento Social do Turismo desenvolverá.

Aliás, vamos surpreender o País, porque já temos equipamentos para formar mão de obra, já temos equipamentos para o social, para o esporte. Temos o apoio do Ministro dos Esportes, que assumiu a coordenação do turismo/esporte. Da mesma forma, fez o Ministério da Cultura, com o turismo/cultura. São os elos do turismo, porque não há turismo em nenhum lugar do mundo sem haja essa integração, esses elos — esporte, cultura, saúde, educação, segurança. São elos que tratamos com muito carinho.

Respondendo à questão do turismo rural, é importante falar sobre essas duas vertentes com as quais fechamos compromisso: o turismo e o social. Não estamos apenas combatendo a prostituição infantil. O compromisso, a cartilha do empresário do turismo, Senador, é pela erradicação da prostituição infantil. A prostituição infantil é um flagelo — e digo na condição de quem é pai de 4 filhos e avô de 9 netos —, e

[P26] Comentário: Sessão:1246/09
Quarto:25 Taq.:Gladys Rev.:



temos de erradicá-la no País, não apenas combatê-la. E esse é um compromisso do empresário do turismo.

De forma que queremos convidá-lo para participar — e não é de hoje que conheço o trabalho de V.Exa. A sua colega Deputada Gorete Pereira, do Ceará, é compromissada com muitas ONGs relacionadas a essas questões. E há o turismo sustentável, do qual o Deputado Sarney Filho é o nosso grande líder nacional.

Na questão do turismo eventos e negócios, nossos grandes parceiros são os *conventions e visitors bureau* de todo o Brasil que trabalham conosco.

Estive discutindo essas questões com a nossa líder, a Senadora Kátia Abreu, que preside a Confederação Nacional de Agricultura. Inclusive, meu assessor que está aqui, o Soares, coordena, junto com o nosso diretor superintendente, o turismo rural, um dos principais segmentos para trabalharmos juntos. Portanto, quero convidar V.Exa. para ser o condutor nacional do projeto de fazermos do turismo rural no País uma realidade. Não apenas para levar a população da cidade a visitar os hotéis fazenda, como se faz hoje, mas para desenvolver um processo de valorização do homem do campo, promovendo a integração do Brasil rural com o Brasil urbano. Queremos fazer o turismo capital/interior, interior/capital, interior/fazenda/capital. E vamos fazer isso em âmbito nacional.

Para estabelecer uma política nacional de ações, a Confederação Nacional do Turismo deixa a V.Exa. o convite para ser o nosso orientador, a fim de que possamos seguir a visão de V.Exa. do legal, do certo, do justo e, assim, crescermos de forma integrada.

Quero também falar da importância do Senador Leomar Quintanilha, que coordena as ações do desenvolvimento regional do turismo no Brasil. S.Exa. é o Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado e apaixonado por essa causa, e eu gostaria inclusive de marcar uma reunião preliminar com sua presença. O turismo rural tem tudo a ver com o desenvolvimento homogêneo, integrando. S.Exa. pediu: *“Nelson, a CNTur não pode trabalhar apenas as 12 Capitais que serão sedes, ela tem de trabalhar todo o Brasil. E essas cidades que estão no entorno?”*. E respondi: *“Senador, brilhante. Está fechado o compromisso com V.Exa”*. E hoje pude aqui apresentar a V.Exas.



No Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, há pelo menos 10 grandes cidades no entorno para as quais podemos levar os turistas entre um jogo e outro no Maracanã.

Quanto à tributação, o tema do 1% volta à tona, porque o meu sempre Governador Germano Rigotto, que era Deputado Federal, seu colega de bancada, e foi Relator da reforma tributária...

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Não. Foi o Presidente da Comissão Especial da Reforma Tributária.

O SR. NELSON DE ABREU PINTO - Pois bem. Naquela época, fizemos um congresso, no Anhembi, em São Paulo, e eu convidei o então Deputado Federal Germano Rigotto para fazermos um estudo. Clóvis Panzarini e outros renomados tributaristas, como Milton Dallari, elaboraram um projeto mostrando a importância de unir o ISS da hotelaria e o ICMS do hotel para termos um imposto único para a área do turismo no percentual de 1% sobre o faturamento da empresa. Quando todos pagam um tributo justo, a arrecadação até aumenta. E o objetivo da proposta é o de favorecer atividades essenciais.

Eu acho que consegui responder todas as perguntas.

Neste 1 minuto de que ainda disponho vou falar do grande diferencial que propomos ao Brasil pela CNTur, por meio da Rede Brasil de Qualificação para o setor profissional do turismo e para o desenvolvimento social integrado. Os nossos cursos terão 4 grandes diferenciais. E já está sacramentada, no Projeto de Lei nº 174 do Senado Federal, essa proposta da gratuidade nos cursos operacionais, de certificação profissional no turismo para o aluno, a proposta de oferecer estágio no turismo para os nossos profissionais e que, sobretudo, tem um capítulo da empregabilidade no turismo para quem faz o curso sob a égide da CNTur, dentro da Rede Brasil de Qualificação e do SENATUR, Serviço Nacional de Aprendizagem no Turismo.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rattes) - Nós é que agradecemos, Dr. Nelson de Abreu Pinto, as sua brilhante participação.

Passo a palavra ao Dr. Ricardo Amaral para que responda às perguntas que lhe foram questionadas.



O SR. RICARDO AMARAL - Muito obrigado.

Vou ser bastante breve, até porque as respostas são bem objetivas e não são muito elucubrativas.

Quando na abertura do questionamento do Deputado Silvio Torres, que falou sobre obras, investimentos, custos, fiscalização etc., mais adiante, S.Exa. fez a seguinte pergunta: *“Qual o tipo de investimento que precisa ser feito para os navios virem?”*. A verdade é que eles já vêm, embora não no período correto. Mas eles não viriam fora desse período caso as obras de infraestrutura portuária não fossem feitas.

O que ocorre hoje é que o Brasil tem um gargalo na área portuária para carga que se estendeu para o turismo marítimo. Hoje, vários exportadores e importadores diversificaram nos Portos de Santos e Rio de Janeiro — Itajaí teve, pouco tempo atrás, uma situação muito complicada e, por isso, está paralisado.

Portanto, para o cruzeiro marítimo estar presente aqui durante a Copa do Mundo de 2014, que é o foco desta audiência pública mais do que qualquer outra coisa, não é necessário crédito. As empresas não estão pedindo dinheiro. A meu ver, essas empresas vêm na esteira do que disse o Presidente da CBF no sentido de que não precisa de dinheiro. Realmente não precisa, mas, sem a infraestrutura básica, que hoje já está no limite, estamos prestando um mau serviço aos nossos clientes, não vai ser viável. Por quê? Há a questão da sazonalidade, não a sazonalidade no Brasil, mas no resto do mundo, não podemos pensar no Brasil como sendo a realidade mundial. Temos de contextualizar o Brasil na realidade mundial.

Julho é a altíssima temporada na Europa. Existem turistas do mundo inteiro que querem fazer cruzeiro marítimo na Europa. Hoje, 75% das associadas da ABREMAR têm base em uma forte operação na Europa, onde o pico da receita e da produtividade ocorre no mês de julho. Esses navios só viriam para o Brasil se economicamente — e, aí, descemos da conjectura e entramos no fato — fosse viável. As empresas precisam ter rentabilidade no mínimo igual, o que não existe hoje. O Brasil oferece uma receita muito menor por questões ligadas ao poder aquisitivo. Indubitavelmente, a moeda europeia tem um poder de compra maior.



Nesse cenário, uma situação de quiproquó com as companhias de cruzeiro marítimo baseada em longo termo, em que as isenções poderiam começar num determinado momento para que a presença fosse durante o ano inteiro, não somente em 3, 4 meses no ano, caso contrário, a meu ver, esses navios não estarão aqui em 2014. Isso não é alarme, é fato, porque eles têm, hoje, ocupação. De junho a agosto, esses navios estão lotados na Europa. Novamente, 75% das empresas que participam da ABREMAR têm sede na Itália. Nesse país há o que eles chamam de “Ferro Agosto”, que é a altíssima temporada, é o verão de janeiro do italiano. Esses navios estão lotados lá fora. Então, para esses navios serem atraídos ao Brasil tem de ser feito um plano imediato de médio e longo prazo. E o navio é a solução. Ele não precisa de investimento. Eu diria que o investimento na reforma portuária é mínimo frente ao tipo de investimento para um evento dessa monta. Em Santos, construir uma extensão para transformar 2 berços em 4 berços não custa mais que 20 milhões de reais. Isso não é dinheiro quando se trata de investimento para acomodar 4 navios com 3 mil passageiros cada. Estamos falando de 12 mil pessoas acomodadas com um investimento de 20 milhões de reais.

Quanto à questão da infraestrutura, se não me engano, o Deputado Edinho Bez perguntou se daria tempo, e ele mesmo disse que sim. Também acho que dá tempo. A questão é que não existem, hoje, projetos. Há um projeto de dragagem, em Recife, executado há pouco tempo. Será realizada uma licitação para...

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Não existem projetos para quê?

O SR. RICARDO AMARAL - Não existem projetos para essa revitalização portuária brasileira, que eu tenha conhecimento.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Para os terminais?

O SR. RICARDO AMARAL - Para terminais e para berços de atracação, até onde eu tenho conhecimento. Pode ser que eles existam e seja um grande segredo. Aí, caímos nessa questão, que é mencionada de Recife. O projeto de Recife, já aprovado e executado, quando me foi apresentado, na qualidade de Presidente da ABREMAR, eu disse que o projeto era ótimo, estava realizado, mas foi feito com uma deficiência técnica: a dragagem foi construída para 11,5 metros de calado, e os navios do mundo precisam de 12 metros. O pessoal ficou paralisado, perguntou se

[P27] Comentário: Sessão:1246/09
Quarto:27 Taq.:Nini Rev.:



era aquilo mesmo, eu disse que sim, mas que faríamos uma redragagem daqui a um ano, que poderia ser estendido a 12 metros.

As companhias de cruzeiro estão oferecendo também capacitação técnica para o desenvolvimento desse projeto. Eventualmente, até Parcerias Público-Privadas. Mas os projetos não existem. Nesse sentido, as companhias podem pegar uma bandeira e desenvolver esse projeto. Mas acredito que é interesse do Governo construir um projeto dentro das especificações de licitação e de Parcerias Público-Privadas, que são as praticáveis, as viáveis.

Sobre a pergunta de V.Exa., do tipo de imposto que incide em cima do combustível dos navios de cruzeiros, e aí vem novamente aquele factóide de que os navios não pagariam imposto, 18% a 25% são de imposto de ICMS, e 9,25%, PIS/COFINS, pagos em cima do combustível. É um imposto que a indústria hoteleira não paga, porque não usa combustível. Acredito que não há mais conflito. Ao contrário, depois que ouvi as palavras do Diretor-Executivo da ABIH, ficou claro o entendimento da ABIH e do FOB em relação a isso. E da CNTUR, sem dúvida.

Parece-me que toda discussão anterior foi ligada ao segmento de *resorts*, que via uma competição comercial.

Temos de contextualizar as palavras anteriores do Deputado Edinho Bez, quando disse que tem de haver uma complementaridade. Não confundir interesses de cunho comercial específico de algum segmento de atividade com o interesse da política pública e desenvolvimento do turismo, que é o que está ocorrendo neste momento. Os cruzeiros marítimos, nos últimos 2 anos, foram penalizados com tributações que não existem em nenhum lugar do mundo para atividade por causa dessa falta de entendimento.

Concordo que o turismo, principalmente para o turista estrangeiro e para o interestadual, pode ser visto como uma questão de exportação. Parece que haverá uma audiência pública na próxima semana, convocada pelo Deputado Otavio Leite, Líder da Minoria, para tratar dessa questão.

A ABREMAR não está presente, mas deve-se fazer presente, de uma forma ou de outra, nem que seja para fornecer subsídio à assessoria desta Comissão para ter informações importantes.



Sobre Ilhabela, quem é o responsável? No Porto de Santos e em tantos outros portos do Brasil, existe uma multiplicidade de atores nesse segmento, em que Município, Estado e o Governo Federal estão envolvidos. Em Santos, por exemplo, o município é responsável pelas questões viárias; até o cais, o município; na área do cais, o Governo Estadual, com a companhia Docas de cada um dos Estados, e na outra parte, o Governo Federal, com ação da Polícia Federal, ANVISA, Receita Federal e de outros.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - A área de Santos é federal. A CODESP é federal.

O SR. RICARDO AMARAL - A CODESP é federal?

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Ela não é estadual, desde o Governo Mário Covas. São Sebastião é estadual.

O SR. RICARDO AMARAL - Na questão de Ilhabela, o píer é municipal. Eles entraram em contato com a Prefeitura, pois não têm recursos para executar. Aliás, há uma liberação de recursos do Ministério do Turismo, mas não sei se ela foi perdida no orçamento do ano passado ou se ela não está sendo executada por questões ligadas a projetos, licenças ambientais. Não sei qual é a questão específica. Preciso me aprofundar em relação a isso. Mas o fato para a indústria de cruzeiros é que o píer não existe.

Quanto a Santos, essa multiplicidade das autoridades envolvidas cria um procedimento muito complexo para a indústria de cruzeiros.

Quanto à oferta, hoje temos 18 navios. A oferta não seria certamente dessa monta, até porque precisamos chegar a uma equação econômica que viabilize a presença desses navios aqui. Eu imagino que podem existir até 10 navios, mas isso depende de uma equação econômica viável.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Dez navios, 20 mil.

O SR. RICARDO AMARAL - Vinte mil hóspedes.

Eu imagino que essa seria uma monta que resolveria a questão principalmente de delegações internacionais, que optariam por isso. Um fretamento, para ter o navio durante esse período, economicamente, seria pouco viável, caso esse navio não fique num período estendido. Então, essa é a questão que precisamos solucionar.



O modelo da África do Sul, como foi dito pelo próprio Presidente da FIFA, em sua declaração pública, passa pelo navio de cruzeiro. Eu não tenho conhecimento, neste momento, de solicitações específicas para a Copa do Mundo, mas eu tenho conhecimento de cases específicos em Sydney, Atenas, nas Olimpíadas, nas Copas do Mundo da Itália e da França.

Quanto à capacitação, a ABREMAR, hoje, não está fazendo de uma forma tão articulada. Ontem, nós firmamos um convênio com a ABAV. Saiu publicamente no jornal *Panrotas*, hoje, um acordo com o Presidente da ABAV. O Cacá e eu vamos trabalhar muito forte a respeito da capacitação de agentes de viagens para o atendimento ao hóspede. Mas a capacitação de mão-de-obra para atendimento ao hóspede na operação do navio é algo que está sendo feito individualmente por cada companhia. Uma das associadas faz parte do Projeto Futuro com a Prefeitura de São Vicente. E outra associada tem uma parceira com a Universidade Unimonte, em Santos. Mas não é suficiente para o projeto que nós temos. Isso pode passar até por algum acordo com a CNTUR no futuro.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Apenas para confirmar, então, a ABREMAR e seus representados teriam condições de fazer uma oferta de 4% dos 500 mil turistas que viriam para o Brasil.

O SR. RICARDO AMARAL - Eu digo que minimamente. Essa oferta pode chegar até aos 18 navios. As empresas de cruzeiro marítimo têm interesse em ficar no Brasil. Mas hoje o desafio é que a receita não é tão boa como a existente na Europa no mesmo período. Se o custo é muito maior do que na Europa, no mesmo período isso não vai acontecer. É por isso que não temos navios no Brasil o ano inteiro. Essa é uma vontade das companhias de cruzeiro.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Eu entendi. Só estou querendo vislumbrar a perspectiva. Se há condições de oferecer 4% ou 5% ou 6%, eu gostaria de saber qual é o déficit atualmente. Pergunto ao Dr. César se ele teria condições de nos informar de quantos nós precisaríamos, porque os cruzeiros ofereceriam um percentual desse porte. Nosso déficit é de 20 ou 30 atualmente?

O SR. CÉSAR GONÇALVES - Ainda estamos fechando o número desse déficit. Já tenho alguns números comigo, mas não quero fechar porque não estamos com ele acertado. Precisamos definir, ainda, se isso vai ser possível, se não vai ser,



onde será possível, onde esse déficit se consolida ou não. Esse é um trabalho técnico, é uma engenharia que vai ter que ser construída a 4 mãos para conseguirmos acertar.

O SR. RICARDO AMARAL - Acho que é importante as companhias de cruzeiro contribuam com esse grande evento, mas eu diria que, dentro do cenário atual, não teremos navios em 2014 se mantida a carga tributária, a questão operacional e os entraves que existem no Brasil no período de julho caso não seja feita uma alteração pontual.

Eu quero deixar bem claro que a atuação da ABREMAR tem sido no sentido de trabalhar em conjunto com as autoridades de uma forma pró-ativa, construtiva e não alarmista. Essas fotos do píer de Ilhabela, que tem a perspectiva de receber 200 mil pessoas a partir dos próximos 2 meses, são alarmistas.

O SR. NELSON DE ABREU PINTO - Sr. Deputado, peço a palavra pela ordem. Eu queria concluir a questão e quantificar efetivamente a disponibilidade, em cada uma das 12 cidades-sedes, de unidades habitacionais em hotelaria.

Eu acho importante a participação de V.Exa. costumeiramente nas reuniões das Comissões do Senado e da Câmara do setor do turismo, bem como a do Deputado Afonso Hamm e do Senador Leomar Quintanilha. Inclusive sei que V.Exa. já está convidado para a segunda reunião. A CNTUR foi convidada a participar da Comissão Permanente de preparação da Copa, e estaremos nas cidades-sedes.

Houve uma reunião dias atrás. Não sei se V.Exa. esteve em Manaus, mas acho muito importante V.Exa. ou algum representante da Comissão poder estar nas 12 cidades onde haverá reuniões. Houve em Manaus e está prevista outra, no dia 28, em Natal, onde também estaremos. Essas duas Comissões, incluindo a sua, serão muito importantes para chamar a atenção da iniciativa privada, se for o caso de suprir mais algum hotel. Não queremos crescer a oferta para depois, em 2014, ficar sucateado.

A iniciativa privada tem que acertar os portos, os aeroportos, o transporte intermodal. Acho que V.Exa. tem o perfil perfeito para colaborar com as Comissões de Turismo do Senado e da Câmara no que diz respeito a essa orientação de fiscalização e controle, para chamar a atenção do Poder Público e da iniciativa privada onde houver necessidade de suprir.



O Deputado Edinho Bez colocou bem que, graças a Deus, estamos trabalhando com tempo suficiente para suprir as demandas. Do nosso ponto de vista, sua presença, no dia 28, em Natal, é de grande importância, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rattes) - Agradeço a presença a todos, especialmente aos nossos convidados, que nos trouxeram muitos subsídios para que possamos acompanhar todos os problemas que cercam a Copa do Mundo em 2014.

Declaro encerrada a presente sessão.